

Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA,
FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos
colunalevi@gmail.com

Rui Costa em conversa com os prefeitos: 'É cada dia sua agonia'

'Num papo com mais de 300 prefeitos baianos ontem à tarde, em videoconferência orquestrada pela UPB, Rui Costa e os governantes municipais falaram de fechar e abrir portas. Rui pedindo o empenho de todos para fechar as portas para o coronavírus. E os prefeitos querendo saber quem vai abrir as portas dos cofres, eles que já estão atolados. E a pergunta: e dinheiro para kits de limpeza, segurança e tratamento? Rui disse que o governo baiano está todo empenhado na causa e vai ajudar

como puder. Mas avisou aos prefeitos que a situação vai piorar e recomendou: — Evidente que se a economia sofre, a arrecadação vai cair. Então, o melhor é vocês irem se acautelando, ainda mais que este é o último ano dos seus mandatos.

FEIRAS — Pergunta de Reinaldo Braga Filho (DEM), prefeito de Xique-Xique: — E nas feiras livres, como faremos para controlar a aglomeração de pessoas? — Até agora só quatro ci-

dades na Bahia registraram casos. O esforço é para barrar a contaminação aí. Ainda não chegamos a esse nível, até porque feiras são pontos de abastecimento. Não recomendo mexer nisso agora. No mais, é cada dia com a sua agonia. Na conversa, estavam os secretários Fábio Vilas-Boas (Saúde) e Jerônimo Santos (Educação). Eures Ribeiro (PSD), prefeito de Bom Jesus da Lapa e presidente da UPB, avaliou como positiva: — O importante é unir.



Adilton Vinagreiros / Ag. A TARDE

Rui: 'Se a economia sofre, claro que a arrecadação vai cair'

REGISTROS

Palavra do infectado 1
Acusado de ter quebrado a quarentena em São Paulo e viajado a Porto Seguro com o corona, onde infectou dois empregados, além da esposa, o empresário Cláudio do Vale disse, através do advogado, que não sabia que estava infectado. Ele foi encontrado tomando cerveja com amigos. Estava assintomático, mas com o carimbo de positivo do Hospital Albert Einstein.

Palavra do infectado 2
Além disso, ele foi denunciado exatamente porque se gabava que estava infectado enquanto bebia.

Mototáxis na linha de risco

A ainda mal resolvida questão de evitar aglomerações em transportes públicos inclui viagens intermunicipais, já proibidas, por coletivos, para cidades baianas com casos de corona, está diante de um dilema dos bons: o mototáxi é um transporte individual, mas de alto poder transmissor, pelo capacete.

As autoridades discutem o assunto e o mais provável é a proibição transitória da circulação de mototaxistas. A categoria está em ebulição.

Sustentação oral zero

As portas dos desembargadores no TJ-Ba ostentam o Decreto Judiciário baixado pelo presidente Lourival Trindade contendo as regras de convivência nestes tempos de corona.

De modo geral, o TJ estimula o julgamento virtual. E proíbe sistematicamente processos em que as partes pedem sustentação oral para suas teses.

Nas vezes em que os advogados insistiram os processos saíram de pauta.

Na Alba, caça aos supeitos

Nos dois primeiros dias de restrições ao trânsito de pessoas por conta do corona, na Assembleia, duas coisas:

1 — A casa, sempre com movimento intenso, lembrou aquelas cidades italianas, toda estrutura aia alguns gatos pingados no meio.

2 — Os que entram na Casa, deputados inchados, fazem logo na entrada o teste do termômetro. Até ontem, dois casos de pessoas com temperatura acima do normal foram para o serviço médico.

Shopping e lojistas, briga para ver onde fica a conta

Enquanto em São Paulo o governador João Dória proíbe a abertura dos shoppings, em Salvador, as direções dos estabelecimentos e os lojistas travavam uma queda de braço.

A questão: pelo baixo movimento e alto risco dos funcionários, alguns queriam fechar, mas os shoppings dispensando o valor dos alugueis dos dias fechados e a taxa de telemarketing, mantendo apenas o condomínio.

Sem acordo. Os shoppings entendem que quem quiser fechar, feche, mas pague as contas.

Lojas de marcas internacionais dizem que só estão abrindo suas lojas porque os shoppings querem. Quem vai pagar a conta não se sabe, mas Neto decidiu fechar os shoppings. Diz que para ele a saúde é em primeiro lugar.

Jumentos em pauta

Maurício Bacelar, diretor da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), baixou portaria normatizando o trânsito e o abate de jumentos na Bahia. Diz que a portaria foi elaborada com apoio do Ministério da Agricultura e 'garante a preservação da espécie e o bem estar dos animais'.

Chapada fechada

O Parque Nacional da Chapada Diamantina também está fechado para visitação por conta do corona. A decisão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) vale para todos os parques nacionais. No da Chapada, não há entrada. Mas aposta-se no bom senso.

Tribuna

“Bolsonaro abriu mão de liderar o país”, diz Rui Costa sobre coronavírus

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER E AGÊNCIAS

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), criticou, ontem, a maneira que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tem se comportado no surto de coronavírus que atinge o Brasil e outras partes do mundo. Para o petista, o chefe do Palácio do Planalto “abriu mão de liderar o país”. “Ele não tem uma palavra que busque unir o Brasil em torno de uma solução. Só ataca as instituições, a imprensa, os governadores. A sociedade está à beira de um colapso e o presidente disparando a metralhadora contra todo mundo”, declarou.

O governador baiano fez um apelo para que Jair Bolsonaro mude a postura. Para ele, o presidente tem que pensar nas pessoas mais carentes do país. Rui Costa defende que seja elaborado um programa de emergência para atender os mais humildes. “O que essas pessoas vão comer todos os dias? O presidente deveria estar preocupado

com isso, com essas pessoas. Nós estamos disponíveis. Vamos deixar essa disputa política de lado. É o meu apelo ao presidente. Esquece partido político, esquece disputa neste momento. Vamos cuidar dos seres humanos. Vamos cuidar das pessoas. Peço, como cidadão brasileiro, ao presidente que pelo menos tenha um período de seriedade, serenidade, e juízo para que pense nas pessoas e pense no povo brasileiro. Diminua um pouco a sua histeria de briga política. Chega de ataques, que não cuidam do povo brasileiro. É preciso que o presidente da República cuide das pessoas. Mostre algum afeto, algum carinho, pelo povo brasileiro. Ele tem uma oportunidade enorme para demonstrar isso. Fica o meu apelo”, ressaltou Rui Costa.

Em recentes entrevistas à imprensa, Bolsonaro classificou como “histeria” a crise do coronavírus e criticou medidas para evitar aglomerações adotadas por governadores a fim de conter o avanço do vírus no país. Para Bolsonaro, as medidas “vão prejudicar muito a economia”. “Olha, a economia es-



O GOVERNADOR da Bahia, Rui Costa (PT), criticou, ontem, a maneira que Jair Bolsonaro (sem partido) tem se comportado no surto de coronavírus

tava indo bem, fizemos algumas reformas, os números bem demonstravam taxa de juros lá embaixo, o risco, a confiança no Brasil, a questão de risco Brasil também. Então, estava indo bem. Esse vírus trouxe uma certa histeria”, disse. Além disto, Bolsonaro compareceu a um protesto que ocorreu no final de semana e estimulou a presença de aliados, apesar da recomendação dada pelo seu próprio governo de evitar aglomera-

ções por causa da crise do coronavírus.

Segundo levantamento feito pelo jornal O Estado de S. Paulo, Bolsonaro teve contato direto com ao menos 272 pessoas em cerca de 58 minutos de interações com apoiadores, mesmo com a suspeita que estava com coronavírus. Segundo a publicação, o presidente ainda manuseou 128 celulares, trocou ao menos quatro objetos com a plateia, entre eles um boné.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 19/03/2020	Página:



Coronavírus: governo decreta situação de emergência em toda a Bahia

Decreto foi publicado no Diário Oficial nesta quinta-feira (19)

Da Redação redacao@correio24horas.com.br

19.03.2020, 07:06:28

Atualizado: 19.03.2020, 07:19:03

O governo do estado declarou nesta quinta-feira (19) situação de emergência em todo o território baiano em virtude do coronavírus (Covid-19). A medida foi publicada em decreto publicado no Diário Oficial. Segundo a publicação, "a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença".

Além das medidas de combate ao coronavírus já anunciadas pelo governo, como a suspensão do transporte coletivo intermunicipal público e privado, o decreto determina a suspensão, a partir de segunda-feira (23), dos atendimentos presenciais do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) em Salvador, Feira de Santana, Prado, Porto Seguro, Lauro de Freitas e Simões Filho.

Também fica autorizada pelo decreto a mobilização de todos os órgãos estaduais, no âmbito de suas competências, para empregar esforços no intuito de apoiar as ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Produtos médicos

Outro decreto também publicado no Diário Oficial desta quinta-feira (19) determina a requisição administrativa de bens e serviços, como máscaras cirúrgicas, máscaras de proteção, luvas, aventais hospitalares, óculos de proteção e antissépticos para higienização. Este decreto tem prazo de 180 dias e pode ser prorrogado.

O CORREIO entende a preocupação diante da pandemia do novo coronavírus e que a necessidade de informação profissional nesse momento é vital para ajudar a população. Por isso, desde o dia 16 de março, decidimos abrir o conteúdo das reportagens relacionadas à pandemia também para não assinantes. O CORREIO está fazendo um serviço de excelência para te manter a par de todos os últimos acontecimentos com notícias bem apuradas da Bahia, Brasil e Mundo. Colabore para que isso continue sendo feito da melhor forma possível. Assine o jornal.

Veículo: Política Livre	
Data: 19/03/2020	Caderno: Bahia



19 de março de 2020 | 07:02

Coronavírus: Rui decreta situação de emergência na Bahia

BAHIA

O Governo do Estado declarou, nesta quinta-feira (19), em decreto publicado no Diário Oficial (DOE), situação de emergência em todo o território baiano em virtude do coronavírus. Conforme o decreto, “a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença”.

Além das medidas de combate ao coronavírus já anunciadas pelo Governo do Estado, como a suspensão do transporte coletivo intermunicipal público e privado, o decreto determina a suspensão, a partir de segunda-feira (23), dos atendimentos presenciais do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) em Salvador, Feira de Santana, Prado, Porto Seguro, Lauro de Freitas e Simões Filho.

Também fica autorizada pelo decreto a mobilização de todos os órgãos estaduais, no âmbito de suas competências, para empregar esforços no intuito de apoiar as ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Produtos médicos

Outro decreto também publicado no Diário Oficial desta quinta-feira (19) determina a requisição administrativa de bens e serviços, como máscaras cirúrgicas, máscaras de proteção, luvas, aventais hospitalares, óculos de proteção e antissépticos para higienização. Este decreto tem prazo de 180 dias e pode ser prorrogado.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 19/03/2020	Coluna: Economia



RUI DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ESTADO; SUSPENSO ATENDIMENTO EM SACS DE SEIS CIDADES

O Governo do Estado declara nesta quinta-feira (19), em decreto publicado no Diário Oficial (DOE), situação de emergência em todo o território baiano em virtude do coronavírus (Covid-19). Conforme o decreto, “a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença”.

Além das medidas de combate ao coronavírus já anunciadas pelo Governo do Estado, como a suspensão do transporte coletivo intermunicipal público e privado, o decreto determina a suspensão, a partir de segunda-feira (23), dos atendimentos presenciais do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) em Salvador, Feira de Santana, Prado, Porto Seguro, Lauro de Freitas e Simões Filho. Também fica autorizada pelo decreto a mobilização de todos os órgãos estaduais, no âmbito de suas competências, para empregar esforços no intuito de apoiar as ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Produtos médicos

Outro decreto também publicado no Diário Oficial desta quinta-feira (19) determina a requisição administrativa de bens e serviços, como máscaras cirúrgicas, máscaras de proteção, luvas, aventais hospitalares, óculos de proteção e antissépticos para higienização. Este decreto tem prazo de 180 dias e pode ser prorrogado.

Veículo: Bocão News	Caderno: Política
Data: 19/03/2020	



Coronavírus: Governador precisa zerar ICMS para importação de máscara e álcool em gel, diz Duda Sanches

Vereador de Salvador e presidente municipal do Democratas, Duda Sanches quer que o governo estadual zere o ICMS para máscaras de proteção, álcool em gel, luvas e equipamentos de segurança.

Todos os materiais são essenciais para profissionais e população em geral que combate a disseminação do novo coronavírus. A Bahia já tem 28 casos confirmados da doença, que já fez mais de oito mil vítimas fatais ao redor do mundo.

"O governo federal já fez isso, mas não adianta sem um apoio do governo estadual. Nesse momento de pandemia, é urgente que o acesso a esses materiais seja facilitado. Pode salvar vidas", afirmou.

Sanches tem conversado com empresários que relatam até mesmo a intenção de zerar a margem de lucro para efetuar vendas internas. "Eles têm relação com produtores chineses e isso facilita trazer esse material de lá", narra.

Tribuna

Prefeitura decreta situação de emergência em Salvador

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

O prefeito ACM Neto anunciou na tarde de ontem (18), em coletiva no Palácio Thomé de Souza, que publica hoje o decreto de situação de emergência em Salvador em função do coronavírus. Com essa medida, a Prefeitura poderá, de forma segura, contratar serviços, comprar insumos e equipamentos de maneira mais ágil, eliminando burocracia, para enfrentar o Covid-19. Além disso, ACM Neto determinou o fechamento dos shoppings pelo período de 15 dias, contados a partir deste sábado (21), com exceção de clínicas médicas que funcionam dentro desses estabeleci-

mentos.

"Avaliamos a possibilidade de redução da jornada de trabalho dos shoppings, mas entendemos que agora a medida tem que ser mais dura e a decisão é de fechamento completo deles e dos centros comerciais. Essa medida tem a concordância dos dirigentes desses estabelecimentos e dos lojistas", anunciou ACM Neto, que participou da coletiva ao lado do vice-prefeito Bruno Reis, do secretário municipal de Saúde, Leo Prates, do presidente da Câmara de Vereadores, Geraldo Júnior, e outras autoridades municipais.

O prefeito lembrou que haverá fiscalização das novas determinações por parte da força-tarefa, que começou a atuar hoje em relação ao decreto de fechamento de escolas e universidades,

academias, parques e espaços culturais como cinemas e teatros. "Percebemos que praticamente todo mundo que fiscalizamos hoje (até o momento da coletiva foram 129 visitas da força-tarefa) está respeitando as determinações e colaborando com a Prefeitura. Mas vamos acompanhar isso com rigor".

O Mercado Modelo e o Elevador Lacerda, equipamentos administrados pela Prefeitura, também terão as atividades interrompidas por tempo indeterminado a partir deste sábado, assim como os serviços de atendimento ao cidadão que não sejam essenciais, a exemplo do SIMM e das Prefeituras-Bairro. Unidades de saúde e espaços geridos pela Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre) seguem funci-



ACM NETO anunciou na tarde de ontem (18), em coletiva no Palácio Thomé de Souza, que publica hoje o decreto de situação de emergência

onando normalmente.

"Se houver pendências de cidadãos nesses órgãos de atendimento com vinculação de prazos, esses prazos também serão suspensos, para que ninguém seja penalizado. Além disso, algumas repartições também terão funcionamento parcial, com a dispensa temporária de colaboradores, e os estagiários estão dispensados de ir ao trabalho", acrescentou ACM Neto.

Colchões e remédios - O prefeito também anunciou

que o Executivo municipal vai comprar e doar colchões, materiais de limpeza e cestas básicas para 47 instituições que cuidam de idosos na cidade. O objetivo é auxiliar essas entidades junto ao público considerado de risco. "Estima-se que dois mil idosos estão abrigados nessas instituições e serão beneficiados com essa medida", declarou.

ACM Neto disse ainda que a Prefeitura vai comprar, em caráter emergencial, os itens Equipo e Tamiflu - o primeiro é um equipamento que auxilia na infusão de

medicamentos e o segundo é um remédio combate sintomas da gripe. "Também estamos ampliando a validade das receitas pelo SUS, que antes tinham prazo de seis meses e agora serão oito meses. Autorizamos também que qualquer pessoa portadora dos documentos necessários pode retirar medicamento de terceiros na rede pública, o que é fundamental para garantir que os mais idosos não saiam de casa".

Vacinação - Outra medida na área de saúde anunciada por ACM Neto é a antecipação, em Salvador, da campanha nacional contra o H1N1 e a Influenza, que começa na próxima segunda-feira (23). A prioridade na vacinação será para idosos acima de 65 anos e trabalhadores da área da saúde.

Outras medidas - ACM Neto informou que nesta quinta-feira (19) outras medidas serão anunciadas, inclusive em relação às praias, que poderão ser fechadas. "Essas medidas não significam férias. Ou seja, não adianta deixar de ir trabalhar ou estudar para se deslocar à praia. As pessoas devem ficar em casa, se proteger, cuidar da família. Precisamos do apoio de todos", reforçou o prefeito.

Tribuna

CORONAVÍRUS

Vereadora pede que tramitação da Previdência seja suspensa



A VEREADORA Marta Rodrigues pediu, ontem, que a Câmara de Salvador suspenda a tramitação da reforma da Previdência

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Da bancada de oposição, a vereadora Marta Rodrigues (PT) pediu, ontem, que a Câmara de Salvador suspenda a tramitação da reforma da Previdência, que foi encaminhada pelo prefeito ACM Neto (DEM) a Casa. Na avaliação dela, com o surto do coronavírus, a presença da população e de servidores do Legislativo fica inviabilizada.

"Já recebi diversos oficiais (de sindicatos) pedindo a nossa compreensão de não tramitar o projeto neste período. O projeto que eu faço é o da reforma que está na Câmara, porque inviabiliza os servidores e a população

em geral (de participar). (E também) para que a gente tenha condições de apresentar emendas e fazer o bom debate", declarou a petista, durante discurso. Questionado pela Tribuna se a Casa pode suspender a tramitação, o presidente da Câmara, Geraldo Júnior (SD), afirmou que "por en-

quanto ainda não".

O PROJETO

O prefeito ACM Neto tem dito que a reforma da Previdência deve cobrir 40% do rombo previdenciário da gestão municipal que chega aos R\$ 7 bilhões. "Tenho obrigação de olhar para o futuro do servidor e garantir que a prefeitura vai ter dinheiro para pagar aposentadorias e servidores da ativa", afirmou o democrata, antes de enviar a matéria para a Câmara.

Segundo ele, a proposta é mais leve em relação às reformas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e governador Rui Costa (PT). "Não teremos um ponto sequer que seja mais danoso ou grave do que foi aprovado em Brasília e na Assembleia

Legislativa (da Bahia)", garantiu o prefeito. "Tivemos a preocupação de só estabelecer a tributação para servidores que ganham a partir de quatro salários mínimos. A alíquota de contribuição será de 14%. Não vamos trabalhar com a faixa de 15% com a qual trabalhou o estado, nem a contribuição progressiva, proposta pela União, que pode chegar a 22%", detalhou Neto.

O prefeito disse ainda que um fundo próprio da Previdência será criado e terá quase R\$ 1 bilhão, por meio de capitalização de recursos próprios da prefeitura. "Não estamos fazendo uma simples reforma legal, estamos propondo um novo programa previdenciário para a cidade", salientou.

Coronavírus

Na avaliação dela, a presença da população e de servidores fica inviabilizada.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 19/03/2020	Página:



Para evitar demissões, governo propõe liberar suspensão de contratos e corte de salários

Medidas fazem parte de um pacote para atenuar demissões e efeitos da crise gerada pela epidemia do coronavírus

Da Redação, com agenciasredacao@correio24horas.com.br
18.03.2020, 19:03:00

A área econômica do governo anunciou nesta quarta-feira (18) uma série de medidas para tentar diminuir o desemprego e os efeitos da crise gerada pela epidemia do coronavírus. O pacote deve ser proposto por meio de Medida Provisória (MP) ou projeto de lei (PL), contemplando entre as possibilidades a redução proporcional de salários e jornada de trabalho.

Segundo o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, isso será proposto via projeto de lei, que precisa passar antes pelo Congresso Nacional, ou MP - que tem validade imediata, mas com necessidade de ser confirmada em até 120 dias pelo Congresso Nacional. "Tem de ser negociado com o Congresso [a forma de envio dessas medidas]", disse ao G1.

Jornada de trabalho

No caso da redução da jornada de trabalho, essa possibilidade será aberta com a corte de até 50% da jornada, e do salário, mediante acordo individual com os trabalhadores, informou o secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Dalcolmo.

A remuneração mínima continua sendo o salário mínimo, garante Dalcolmo. Mas será observado o princípio da "irredutibilidade" dos valores por hora recebidos pelos trabalhadores.

Outra novidade, ainda segundo o governo, é que também será permitida a suspensão do contrato de trabalho temporariamente, mas com condicionantes, ou seja, manutenção do pagamento de 50% do salário.

Mais flexibilidade

De acordo com a área econômica, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não será alterada. Ela, porém, não será aplicada temporariamente, durante a crise do coronavírus.

"Durante o estado de crise, trabalhador e empregador poderão celebrar acordo individual com preponderância à Lei, respeitados os limites da Constituição Federal", informou o Ministério da Economia.

De acordo com o G1, o governo defendeu, neste momento de crise, uma maior flexibilidade nas negociações individuais para reduzir os custos do contrato de trabalho e preservar os vínculos empregatícios.

Segundo Dalcolmo, do Ministério da Economia, haverá um choque importante na economia do país, para todo o setor produtivo, por conta do coronavírus.

"É preciso que se ofereça instrumentos para que empresas e empregados consigam superar esses momentos de turbulência, até chegamos ao momento pós-pandemia, e a economia volta a se estabilizar em níveis similares

aos anteriores à crise. Nesse momento, interesses de empresa e de empregadores são convergentes: a preservação do emprego e da renda", disse ele.

Outras ações

Além da redução da jornada de trabalho, e do salário, proporcionalmente, o governo também vai implementar, via MP, outras ações. São elas:

Teletrabalho

Antecipação de férias individuais

Decretação de férias coletivas

Banco de horas

Antecipação de feriados não religiosos

Diferimento do recolhimento do FGTS durante o estado de emergência

Férias

No caso das férias individuais, a empresa já pode fazer essa concessão, mas que os procedimentos serão simplificados. "Poderá fazer isso em um prazo de 48 horas", disse Dalcolmo. Acrescentou que as férias poderão ser concedidas mesmo que o período aquisitivo (de 12 meses) não tenha sido atingido.

Sobre as férias coletivas, ele informou que elas também poderão ser notificadas em um prazo menor, de até 48 horas. "Podem ser determinadas para um setor da empresa, ou para toda empresa. Antes, dependia de notificação com duas semanas de antecedência ao sindicato e ao Ministério da Economia", explicou ao G1.

Quanto a dinamização do banco de horas, os trabalhadores poderão permanecer em casa, neste momento, e registrá-las no banco de horas, recebendo benefícios e salários. "E, quando a economia reaquecer, esse saldo de horas pode ser utilizado em favor da empresa e trabalhador, em até 10 horas por dia. Se a jornada normal é 8 horas, pode trabalhar duas a mais", disse.

Estados pedem à União R\$ 14 bilhões por mês a mais para enfrentar coronavírus

Em entrevista a uma rádio, secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, sinalizou que haverá recursos para ações de saúde em Estados e municípios

Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

19 de março de 2020 | 09h07

BRASÍLIA - Os governos estaduais calculam uma perda mensal de R\$ 14 bilhões em receitas devido à desaceleração da economia com o avanço do **novo coronavírus** no País e pedem à União uma ajuda nesse montante. A solicitação da liberação emergencial para viabilizar a “travessia da crise” foi feita em ofício assinado por todos os secretários estaduais de Fazenda ao ministro da Economia, **Paulo Guedes**.

Secretário do Tesouro, Mansueto Almeida Foto: Amanda Perobelli/ Reuters

Em outro documento, os Estados também pedem que o governo federal transfira R\$ 5 bilhões para que eles possam reforçar suas ações na área da saúde. Essa solicitação tem o endosso do conselho de secretários estaduais de

saúde. Segundo o texto, a liberação desse valor seria feita ao longo de três meses – cerca de R\$ 1,66 bilhão ao mês. O dinheiro seria distribuído pelo critério populacional, ou seja, Estados com maior número de habitantes receberiam uma fatia maior dos recursos.

Nesta quinta-feira, 19, em entrevista à rádio CBN, o secretário do **Tesouro Nacional**, **Mansueto Almeida**, sinalizou que haverá recursos para ações de saúde em Estados e municípios. “Devemos garantir que qualquer município ou Estado terá recurso, independentemente da sua situação fiscal. Podemos fazer transferência fundo a fundo”, disse Mansueto. “O que for necessário estará disponível, via Ministério da Saúde, para Estados e municípios”, acrescentou.

Os governos estaduais têm pedido ajuda oficialmente desde o início da semana. Pelas contas dos secretários de Fazenda, as perdas podem chegar a 20% da arrecadação com **ICMS**, Fundo de Participação dos Estados (FPE, que recebe uma parte das receitas da União com impostos), royalties e participações especiais relacionadas a exploração de bens naturais, como o petróleo. Os primeiros indícios de queda na demanda já começam a chegar aos cofres dos Estados, tendência que deve se acentuar nos próximos dias.

“Com suas receitas fortemente dependentes da economia real, mesmo em estágio muito inicial da quarentena dos cidadãos, os Estados já começaram a registrar o reflexo esperado da redução da demanda que é queda na arrecadação tributária atual, sendo que o fluxo de bens assinalado nos sistemas

de controle interno e de fronteiras aponta, naturalmente, para uma contração muito maior nos próximos dias”, alerta o ofício.

São vários os fatores que contribuem para a queda da arrecadação neste momento. A menor circulação de pessoas, seguindo recomendações sanitárias para tentar conter a infecção pelo novo coronavírus, leva a uma menor demanda por bens e serviços, o que reduz o recolhimento de impostos.

Essa menor demanda também se reflete nos combustíveis, o que tem afetado a procura por petróleo no mercado internacional, o que levou à queda abrupta no preço da commodity. Assim, o ICMS sobre combustíveis cai porque se compra menos e o valor do litro sobre o qual incide o tributo é menor. A perda é grave porque alguns Estados têm 15% a 20% do seu ICMS dependentes dos combustíveis. O pedido dos Estados é que o governo federal ajude de forma a “ao menos” igualar os repasses do FPE aos valores praticados em igual mês de 2019, quando não havia um fator atípico tão devastador afetando a arrecadação. Na última terça-feira, 17, o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), relator de um plano de socorro a Estados enviado no ano passado ao Congresso, esteve com Guedes para discutir meios de ajudar os governos estaduais. Segundo ele, uma possibilidade seria a suspensão temporária da cobrança do serviço da dívida. De acordo com as estimativas dos Estados, uma liberação da obrigação de pagar as parcelas devidas à União e aos bancos públicos poderia trazer um alívio de R\$ 3 bilhões mensais ao fluxo de caixa dos governos estaduais. Apesar da demanda dos Estados, Pedro Paulo reconheceu,

ainda na terça-feira, que Estados em crise, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, já estão blindados dessas cobranças graças a liminares no Supremo Tribunal Federal (STF). Por isso, a medida seria pouco efetiva no caso, por exemplo, do Rio, que já está com alta demanda em seu sistema de saúde. “Eles (equipe econômica) são mais simpáticos ao recurso direto, fundo a fundo”, disse o deputado na ocasião.

Veículo: G1	Caderno: Política
Data: 19/03/2020	



Estados pedem R\$ 15 bilhões por mês a mais para enfrentar o coronavírus

Pedido foi feito ao ministro da Economia, Paulo Guedes. Secretários de Fazenda tentam antever necessidade de recursos extra para o SUS e evitar 'colapso sanitário e econômico' do país.

Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

19/03/2020 09h13 Atualizado há uma hora

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) solicitou ao governo federal o repasse de R\$ 15,66 bilhões mensais para enfrentar a crise do novo coronavírus (Covid-19). O pedido foi feito por meio de ofício encaminhado ao Ministério da Economia.

Desse total, R\$ 14 bilhões referem-se a perdas financeiras com a queda nas receitas e outros R\$ 1,66 bilhão para o financiamento de "ações emergenciais de saúde nos Estados e no Distrito Federal".

O primeiro aporte tenta compensar as perdas decorrentes da desaceleração da economia e, de acordo com o pedido, deve ser feito enquanto durar a crise do coronavírus. Já o repasse mensal de R\$ 1,66 bilhão foi solicitado por três meses.

No ofício, o Comsefaz informa que os entes federativos têm suas receitas "fortemente dependentes da economia real", e que elas já começaram a sentir os efeitos da crise do coronavírus na economia – com redução da demanda e queda na arrecadação tributária.

Segundo os estados, considerando uma estimativa de queda de cerca de 20% na arrecadação de ICMS, Fundo de Participação dos Estados, royalties e participações especiais, a perda de receitas nos Estados atinge o montante de R\$ 14 bilhões por mês.

A solicitação de R\$ 1,66 bilhão por mês deve ser aplicada nos diferentes entes federados, "levando-se em conta o critério populacional".

O Comsefaz reúne os secretários de Fazenda dos estados e informa que os governos estaduais e municipais estão alinhados ao Ministério da Saúde e ao Governo Federal "em todos os esforços e desafios que ora se impõem aos gestores públicos para enfrentamento conjunto desta grave situação emergencial, reconhecida na solicitação do Executivo para que seja declarada situação de calamidade pública nacional".

O documento, enviado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, avalia ainda que o país está diante de um quadro de "consequências graves para a saúde da população brasileira em curtíssimo

espaço de tempo".

"Isso nos torna a todos solidários no enfrentamento do problema e nos resultados que possam advir", acrescentam os secretários de Fazenda.

Para o Comsefaz e o para o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), em qualquer cenário que se desenhe, "haverá um forte impacto de ampliação abrupta de custos sobre o sistema de saúde brasileiro, que, de resto, já sofre de problemas relacionados ao insuficiente custeio de suas ações regulares".

Segundo os estados, são necessários, no momento, recursos não somente a questão do financiamento para a instalação e funcionamento de mais leitos hospitalares, em regime de cuidados intensivos e de isolamento, mas também a necessidade de custear pessoal, logística e estruturas, além da ampliação de serviços ambulatoriais, dentre outros.

O objetivo é "fazer frente a um cenário de epidemia já instalada e que irá se agravar rapidamente, segundo o padrão de comportamento da doença até então observado no mundo ocidental".

"É essencial antever estas necessidades e prover a gestão do SUS de recursos adicionais de forma tempestiva, sob pena de assistirmos ao colapso sanitário e econômico da Nação", concluem os secretários de Fazenda estaduais no documento.

Veículo: Bocão News	Caderno: Política
Data: 18/03/2020	



Governadores pedem repasse de R\$ 5 bilhões da União para ampliar atendimento na Saúde

Os governos estaduais enviaram um ofício ao ministro Paulo Guedes (Economia), nesta quarta (18), solicitando o repasse imediato de R\$ 5 bilhões para o financiamento emergencial de ações de saúde contra o coronavírus nos próximos três meses.

"É essencial antever as necessidades e prover a gestão do SUS de recursos adicionais de forma tempestiva, sob pena de assistirmos ao colapso sanitário e econômico da nação", diz trecho do documento, que foi assinado por todos os 27 secretários estaduais de saúde e de fazenda.

A proposta é que os recursos sejam distribuídos proporcionalmente ao número de habitantes de cada estado.

"Em qualquer cenário que se desenhe, haverá um forte impacto de ampliação abrupta de custos sobre o sistema de saúde brasileiro, que, de resto, já sofre de problemas relacionados ao insuficiente custeio de suas ações regulares", escreveram.

Os secretários de Saúde estão preocupados não apenas com a instalação de novos leitos de UTI, mas também com a contratação de pessoal, além de logística e estrutura para ampliar o atendimento aos pacientes da Covid-19.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 19/03/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 19 de Março de 2020 - 06:40

Em fuga histórica de investidores, Brasil está entre os mais afetados

por Fernando Canzian | Folhapress



A crise financeira provocada pelo coronavírus levou a uma saída recorde de dinheiro de investidores internacionais dos países emergentes.

A fuga para ativos seguros ou para cobrir perdas em outras praças vem superando, e muito, a debandada de dez anos atrás, no desastre global da Grande Recessão, e em outras crises importantes.

O Brasil é um dos países de onde os investidores não residentes mais tiraram dinheiro: US\$ 10 bilhões (R\$ 50 bilhões) desde 21 de janeiro. As saídas têm sido contínuas e crescentes desde então, só um pouco atrás de Taiwan (US\$ 10,9 bilhões) e Coreia (US\$ 10,3 bilhões).

Na América Latina, a Colômbia quase não sofreu retiradas e o México perdeu menos de US\$ 1,7 bilhão, segundo atualização do Institute of International Finance (IIF, a Febraban mundial).

A consequência direta desse movimento no Brasil e demais países tem sido a desvalorização acentuada de suas moedas, pois os investidores geralmente tiram seus recursos dos países em dólares.

O IIF prevê uma contínua pressão sobre as contas externas e reservas em moeda estrangeira dos emergentes.

No Brasil, as intervenções do Banco Central no mercado de câmbio têm sido quase que diárias. Mesmo assim, a moeda subiu de R\$ 4,21 para R\$ 5 (20%) desde 21 de janeiro, refletindo essas retiradas.

A previsão é que muitos emergentes terão de conviver durante um período longo à frente com déficits crescentes em conta-corrente devido a fluxos menores para eles tanto de investimentos de curto prazo, como os dirigidos às Bolsa de Valores, quanto os produtivos.

Resultado das transações comerciais de um país com o resto do mundo –sobretudo de exportações e importações–, déficits elevados tendem a manter o dólar em alta, o que pressiona empresas endividadadas em moeda estrangeira e, eventualmente, a inflação.

Ao contrário do que ocorreu após os piores meses da Grande Recessão, o Brasil desta vez pode demorar bem mais tempo para se recuperar dos efeitos da Covid-19 e voltar a atrair investidores.

Em 2010, no ano seguinte ao pior da crise da década passada, o Brasil cresceu 7,5% e mantinha as contas públicas em ordem.

Neste ano, se conseguir repetir algo próximo ao patamar de 1% de alta do PIB dos últimos três anos, já terá sido uma boa notícia.

O Brasil também não tem hoje, como havia em 2010, espaço no Orçamento público para gastar muito e enfrentar a crise sem comprometer a trajetória da dívida pública, já perto de 80% do PIB –eram 55% há dez anos.

Nos últimos anos, apesar do crescimento medíocre, o Brasil ainda atraía investidores por dois motivos: 1) pagava juros reais (acima da inflação) maiores na comparação com outros países e 2) se beneficiou da alta liquidez internacional, que aumentou o apetite por risco.

Agora, com um diferencial de juros menor e o trauma recente, a tendência dos investidores é buscar segurança –algo em falta no Brasil.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 19/03/2020	Coluna: Economia



MINISTÉRIO DA ECONOMIA EXPLICA SUSPENSÃO DA META FISCAL

As incertezas com a economia internacional justificam a suspensão da meta fiscal para este ano, disse hoje (18) o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues. Ele e outros membros da equipe econômica disseram que a decretação de estado de calamidade pública, aprovada pela Câmara dos Deputados, representa o instrumento mais adequado para lidar com o momento.

Segundo Rodrigues, a queda na atividade econômica (que diminui a arrecadação), e a derrubada nos preços do barril de petróleo impedem que o governo projete uma nova meta fiscal para 2020. “Assim que tivermos clareza sobre a extensão dessa crise, poderemos enviar um PLN [Projeto de Lei do Congresso Nacional] ao Congresso com uma meta”, afirmou o secretário.

Originalmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020 estabelecia que a União poderia encerrar o ano com déficit primário de R\$ 124,1 bilhões. O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo desconsiderando os juros da dívida pública. O secretário de Orçamento Federal, George Soares, acrescentou que a falta de clareza de quanto o governo precisa gastar nos próximos meses para combater os efeitos do coronavírus impossibilita a definição de uma meta, mesmo que folgada.

Restrições

Segundo Rodrigues, a queda de um ponto percentual no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) diminui a receita do governo em R\$ 10 bilhões. Na semana passada, ele havia revisado,

de 2,4% para 2,1%, a estimativa de crescimento da economia para este ano, mas reconheceu que o número está desatualizado.

Crédito extraordinário

Rodrigues disse que o governo pretende editar aos poucos os pedidos de crédito extraordinário para executar os gastos extras com o enfrentamento ao coronavírus. “Não temos valores fechados nem data em particular. Estamos com o monitoramento. À medida que seja necessário nós estaremos com medida de crédito extraordinário a medidas ligadas a saúde”, ressaltou. Por se tratar de gastos emergenciais, os créditos extraordinários estão fora do teto de gastos.

Estados

O secretário especial de Fazenda também disse estar estudando as medidas possíveis para ajudar os estados a lidarem com a perda de receitas e os gastos com o sistema de saúde decorrentes da pandemia. Ele disse que o governo está estudando sete sugestões apresentadas pelo Conselho de Secretários de Fazenda (Consefaz), que reúne os secretários de Fazenda dos estados.

Segundo Rodrigues, estão na pauta de discussão um auxílio financeiro aos estados em dificuldade e a transferência de recursos por meio de fundos, como o Fundo Nacional de Saúde. Em relação à suspensão do pagamento das parcelas das dívidas dos estados com a União, ele disse que a ação teria pouca eficácia econômica. Isso porque apenas quatro estados – Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul – têm grande volume de endividamento.

O secretário defendeu a aprovação, pelo Congresso, da reforma do pacto federativo, que descentraliza recursos da União para os governos locais. A proposta de emenda à Constituição sobre o tema tramita no Senado. “A questão do pacto federativo resolve de maneira estrutural e abre espaço para adoção de medidas para proteger os mais vulneráveis”, declarou. Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil – Brasília

Medidas do governo e a economia infectada

A economia brasileira foi infectada pelo coronavírus e pode parar na UTI. Pandemia exige isolamento e isso não se discute, mas o isolamento paralisa a economia, ou quase. Mantidas em casa, as pessoas consomem menos, produzem menos, ninguém investe e a economia para. Alguns setores, como turismo, entretenimento e varejo não essencial já estão respirando por aparelhos e outros já estão entrando nos hospitais.

Por isso, o governo federal precisava agir. As primeiras ações – reduzir taxa de juros, adiar pagamento de dívidas por 60 dias e outras medidas monetárias – foram paliativas: a economia precisa de dinheiro na veia. Felizmente, as medidas anunciadas pelo governo ontem foram nessa direção. Tanto a população quanto as empresas que empregam os brasileiros precisam de transfusão

de dinheiro, por isso é fundamental que o Congresso Nacional aprove a proposta do governo de decretar “estado de calamidade pública”, permitindo que sejam utilizados recursos federais acima do previsto orçamentariamente, mesmo que isso signifique aumentar o rombo fiscal.

Em tempos de pandemia, não faz sentido insistir em manter meta fiscal, o governo precisava fazer uma transfusão direta de di-

Turismo, entretenimento e varejo não essencial já respiram por aparelhos

neiro para a economia para proteger a saúde da população e adotar medidas que protejam os empregos. As medidas anunciadas pelo governo Bolsonaro ontem foram nessa direção e, vale lembrar, só serão possíveis de ser implementadas se o estado de calamidade pública for aprovado, pois vão ampliar o rombo fiscal e tem de ser assim. As medidas adotadas estimulam o consumo e permitem a sobrevivência das pes-

Em tempos de pandemia, não faz sentido insistir em manter meta fiscal

soas, a exemplo da garantia de uma renda mensal de R\$ 200,00 para os participantes do Cadastro Único, cerca de 36 milhões de pessoas, e da ampliação do Bolsa Família. E outras apoiam o setor empresarial, como o diferimento de impostos e o estabelecimento de linhas de créditos a juros menores, afinal é preciso preservar as empresas brasileiras, pois são elas que geram emprego.

Em suma: as medidas estão corretas e vão no caminho certo, ainda que o varejo físico continue sofrendo, pois, mesmo com dinheiro, se as pessoas estão isoladas em casa como irão consumir? Um velho liberal diria, no entanto: mas isso vai gerar inflação! Vai, mas a inflação é melhor que do que a morte de milhares de pessoas e do que a destruturação da economia brasileira.

Coronavírus: estado e prefeitura

As associações que representam os empresários enviaram carta ao governador do estado, Rui Costa, e ao prefeito de Salvador, ACM Neto, solicitando medidas para fazer frente à paralisação da economia. Algumas para estimular o consumo, como a antecipação do 13º salário do funcionalismo público para quem ganha até 2 salários

mínimos e a quitação de débitos com fornecedores baianos. Outras para liberar caixa, como a postergação do recolhimento de impostos, especialmente o ICMS e o ISS e o Simples. Dificilmente, o poder público poderá viabilizar todas as medidas, mas algumas delas são pertinentes e vão evitar um nível maior de desemprego.

Bolsa: não entre em pânico

Muitos investidores ficam apavorados ao ver seu dinheiro desaparecendo com a queda no preço das ações na Bolsa de Valores e os fundos imobiliários despencando. Mas nada de pânico. Cada ação que o investidor tem em mão representa um pedacinho do imóvel físico e imaterial da empresa, por isso a queda no preço das ações é uma queda no papel, não

necessariamente no valor real da empresa. As máquinas, os terrenos, a credibilidade da companhia ainda estão lá intactos e isso é a garantia de cada ação. Claro, o lucro das empresas vai cair, e os dividendos também, mas o valor da ação de uma empresa sólida jamais chega a zero e a tendência é, passado a crise pontual, de recuperação dos preços.

Tribuna

‘Reformas são importantes no longo prazo, no curto são as vidas das pessoas’



RODRIGO MAIA indicou que as reformas estruturantes e as discussões sobre o teto de gasto ficaram em segundo plano com o avanço da crise

CAMILA TURTELLI
ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), indicou que as reformas estruturantes e as discussões sobre o teto de gasto ficaram em segundo plano com o avanço da crise. “Reformas são importantes no médio e longo prazos, no curto são as vidas da pessoa”, disse. Segundo ele, os debates sobre a reforma tributária devem ser mantidos mesmo que por videoconferência. Já a PEC do teto de gastos e a reforma administrativa, ainda a ser enviada pelo governo, devem ficar para depois que

a crise do coronavírus passar. Ele disse que não é o momento de se pensar em equilíbrio da economia e redução dos gastos. “Fixação em meta fiscal com o tsunami que teremos é não ter a cabeça no lugar”, afirmou. “Não podemos correr o risco de menosprezar a crise”, disse.

Sobre os projetos do governo, ele disse que é importante se detalhar as medidas para proteger os mais vulneráveis. Maia comentou ainda sobre os projetos que estão sendo apresentados pelos parlamentares e disse que os textos serão avaliados. “Tem muita proposta aparecendo,

mas não queremos interferir no comando do Executivo”, disse.

O deputado voltou a cobrar medidas mais rígidas em relação às fronteiras aéreas do País e diz que até agora nada foi feito para o controle das pessoas que chegam do exterior. Ainda sobre o relacionamento entre os poderes, Maia afirmou que “é irrelevante se eu sou amigo ou não do presidente (Bolsonaro). Relevante é cumprir nossa função”, afirmou.

Barroso - O ministro do STF

Luís Roberto Barroso voltou a defender ontem o trabalho den-

tro de gabinetes e a suspensão dos julgamentos presenciais, e disse que não criticou o presidente, ministro Dias Toffoli, que manteve as sessões mesmo após o avanço do coronavírus. Na sessão administrativa de ontem, o plenário determinou a troca de julgamentos presenciais por virtuais. “Não critiquei nenhum colega, apenas expressei por escrito a minha opinião, em um momento de incertezas, justamente para me resguardar”, afirmou. Na terça-feira, o ministro divulgou nota na qual destacava posição de mandar os processos do Supremo para o plenário virtual.

Tribuna

Câmara aprova decreto que reconhece estado de calamidade pública no país

G1 ETV

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto do governo que decreta estado de calamidade pública no Brasil em razão da pandemia do novo coronavírus.

Com a aprovação, o texto segue para votação do Senado. A análise do tema, contudo, ainda não foi marcada, mas o mais provável é que seja remota, sem a presença dos senadores em plenário.

Só depois de aprovado nas duas casas legislativas é que o decreto, com vigência até o fim do ano, estará em vigor.

O secretário-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira, disse que a Casa votará o projeto, em sessão virtual, na segunda (23) ou na terça-feira (24).

De acordo com a Presidência da República, com o reconhecimento do estado de calamidade, a União ficará autorizada a elevar gastos públicos e não cumprir meta fiscal prevista para este ano.

O orçamento deste ano, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, admite déficit fiscal de até R\$ 124,1 bilhões nas contas públicas.

Governo pede reconhecimento do estado de calamidade pública por causa do



coronavírus

O QUE DIZ O GOVERNO

Na justificativa enviada ao Legislativo, o governo diz que, diante da pandemia, tentar cumprir a meta fiscal gerará "riscos de paralisação da máquina pública, num momento em que mais se pode precisar dela".

O decreto teve o apoio

unânime dos partidos na Câmara. O relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), ressaltou, porém, que o Parlamento não está dando um "cheque em branco" ao governo. "Vamos oferecer ao governo não um cheque em branco, mas um cheque especial (...) que o governo deverá usar com responsabilidade", disse.

Uma comissão mista do Congresso Nacional, com seis deputados e seis senadores titulares, será criada para acompanhar a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à crise.

O texto do decreto aprovado na Câmara foi construído em conjunto com o Senado, o que facilitará a

votação pelos senadores.

DÉFICIT FISCAL DE 2020

A meta fiscal de déficit de até R\$ 124,1 bilhões está prevista no Orçamento da União de 2020. Isso quer dizer que o governo estima que as despesas neste ano irão superar as receitas, sem contar os juros da dívida pública.

Tribuna

Bovespa fecha em forte queda de 10,35 por cento

G1

A bolsa de valores brasileiras, a B3, fechou em forte queda ontem. No início da tarde, a Bovespa chegou a ter os negócios suspensos depois de recuar mais de 10%.

A queda da bolsa acompanhou os mercados globais, em meio a temores de que nem mesmo a série de medidas anunciadas por governos e bancos centrais para combater os impactos do coronavírus será suficiente para evitar uma recessão global.

O Ibovespa despençou 10,35%, a 66.894 pontos. Veja mais cotações. Na mínima, chegou a 63.546 pontos. É o menor patamar de fechamento desde 3 de agosto de 2017 (66.777 pontos).

O chamado 'circuit breaker' foi acionado às 13h18, quando o Ibovespa recuava 10,26%, a 66.961 pontos. Esse mecanismo é disparado pela bolsa para interromper o pregão



sempre que ocorrem oscilações muito bruscas e atípicas no mercado de ações. A bolsa voltou a operar às 13h53, com queda de 10,24%.

Desde que a pandemia do coronavírus teve início, o circuit breaker foi acionado seis vezes em apenas oito sessões. A última vez foi na segunda (16), quando o

Ibovespa chegou a cair 13,92%. As paralisações já se igualam ao observado em 2008, quando a economia global sucumbiu aos efeitos da crise financeira.

CÂMBIO

Dólar vai a R\$ 5,19 e bate um novo recorde

G1

O dólar fechou em alta ontem, encostando em R\$ 5,20, com o foco dos investidores na decisão do governo de pedir ao Congresso Nacional para reconhecer estado de calamidade pública em razão da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. Além disso, o mercado aguarda pelo anúncio da nova taxa básica de juros no Brasil, que será divulgada às 18h.

A moeda norte-americana subiu 3,79% e fechou o dia negociada a R\$ 5,1955, renovando recorde de fechamento nominal (sem considerar a inflação). Na máxima do dia, o dólar chegou a R\$ 5,2575. Veja mais cotações. No ano, a moeda acumula alta de 29,57%.

O Banco Central voltou a atuar nos mercados ontem, ofertando aos mercados leilões de linha com compromisso de recompra no valor de até US\$ 2 bilhões. A autarquia já havia re-

alizado intervenção semelhante na terça-feira e na sexta da semana passada.

No mundo, os mercados vivem mais um dia de nervosismo nesta quarta, em meio aos elevados temores de uma recessão global, apesar da série de medidas anunciadas por diferentes governos para combater os efeitos da pandemia.

No Brasil, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência informou a véspera que o governo pedirá ao Congresso Nacional para reconhecer estado de calamidade pública em razão da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus.

De acordo com a Presidência, se for reconhecido o estado de calamidade, a União não precisará cumprir a meta fiscal prevista para 2020. O orçamento deste ano, sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, admite déficit fiscal de até R\$ 124,1 bilhões nas contas públicas.

GM vai dar férias coletivas para todos funcionários no Brasil a partir de 30 de março

A General Motors anun-

O Sindicato dos OUTRAS MARCAS

Destruição de até 25 milhões de empregos

Tribuna

Como ficam INSS, FGTS, IR, empréstimos e compras

G1

Diante da pandemia de Covid-19, as medidas restritivas para conter a disseminação do coronavírus que estão sendo tomadas no Brasil nos âmbitos nacional, estadual e municipal estão impactando a economia e a rotina dos brasileiros.

Alguns serviços e benefícios sociais estão sendo suspensos ou alterados de modo a garantir a quarentena da população e evitar a aglomeração de pessoas. Há impactos tanto no setor público quanto no privado, com restrições de funcionamento, suspensões, proibições e adiamentos.

INSS SUSPENDE ATENDIMENTO NAS AGÊNCIAS

O Instituto Nacional do Seguro Social decidiu suspender por 15 dias o atendimento nas agências. Serão mantidos apenas atendimentos agendados para cumprimento de exigências de requerimentos de benefícios previdenciários e assistenciais, perícias médicas previdenciárias e avaliações e pareceres sociais dos benefícios previdenciários e assistenciais.

"Segurados que estavam agendados para comparecer a agência para outros serviços deverão ser remarcados para data posterior à suspensão. Vale destacar que o INSS informará a todos os segurados a nova data, sem a necessidade de novo agendamento", informou o órgão.

ADIADA PROVA DE VIDA

DO INSS

O governo decidiu suspender, por 120 dias, a prova de vida dos beneficiários do INSS. A medida deve valer até meados de setembro.

A lei prevê que, todos os anos, beneficiários do INSS precisam comprovar ao governo que estão vivos. A medida evita fraudes e pagamento indevido dos benefícios. Essa comprovação é sempre presencial e pode ser feita em uma agência do INSS, em embaixadas e consulados ou na casa de aposentados e pensionistas com dificuldade de locomoção.

Mantido prazo para pagamento de contas

O prazo para pagamento de contas de serviço não foi adiado e elas precisam ser pagas em dia para evitar a cobrança de multa e juros.

As agências bancárias dos principais bancos do país seguem funcionando em horário normal. Mas, diante da recomendação das autoridades sanitárias de evitar a aglomeração de pessoas, a orientação é para que a população priorize o uso de canais alternativos para pagamento, como aplicativos para celular ou internet banking.

Bancos como a Caixa decidiram antecipar a abertura de agências selecionadas para atender os clientes que estão no chamado grupo de risco, como os idosos, além de limitar o fluxo de pessoas no interior das unidades de atendimento.

Tribuna

Governo reduzirá novamente estimativa para o PIB de 2020, informa secretário

Menos de dez dias após a revisão do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, para 2,1%, ocorrido em 11 de março, o governo federal informou que será necessário reduzir novamente a estimativa, devido aos efeitos da pandemia de coronavírus na economia. A informação é do secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Segundo ele, a nova

previsão será divulgada na próxima sexta-feira (20), por meio do relatório de receitas e despesas do orçamento de 2020.

“Está bem abaixo de 2,1%, em linha com o mercado”, disse, sem revelar o valor.

Na semana passada, o mercado estimou uma alta de 1,68% para o PIB deste ano, segundo pesquisa conduzida pelo Banco Central, e divulgada na última segunda-feira (16).

O secretário Waldery Rodrigues informou, porém, que “várias projeções” de analistas já indicam um percentual entre zero e 0,5% para o PIB de 2020.

Para diminuir o impacto da pandemia de coronavírus na economia, o governo tem anunciado uma série de ações nos últimos dias. Ao todo, com as medidas anunciadas nesta quarta-feira, o impacto total é de R\$ 170 bilhões, informou o governo.

Camex zera imposto de importação de 50 produtos

O comitê executivo de gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Ministério da Economia, aprovou a redução da alíquota do Imposto de Importação para 50 produtos médicos e hospitalares necessários ao combate à pandemia causada pelo coronavírus. A medida zera os tributos de produtos que chegavam a até 35%.

Essa é uma das medidas do pacote anunciado pela pasta para facilitar o atendimento à população e minimizar os impactos econômicos da pandemia no Brasil. A lista foi elaborada em coordenação com o Ministério da Saúde e abrange produtos que, em 2019, somaram US\$ 1,3 bilhão em importações.

Entre os produtos com impostos de importação zerados estão: álcool em gel, máscaras, termômetros clínicos, roupas de proteção contra agentes infectantes, óculos de segurança e equipamentos respiradores, dentre outros. A resolução foi publicada no Diário Oficial Oficial (DOU) desta quarta-feira (18/3) e tem validade imediata até 30 de setembro de 2020.

JPMorgan e Goldman Sachs passam a ver contração do PIB

REUTERS

Os bancos JPMorgan e Goldman Sachs passaram a prever contração da economia brasileira neste ano, com o PIB afetado pelos efeitos globais do coronavírus.

O mais conservador é o JPMorgan, que projeta declínio de 1,0% no PIB em 2020 (ante expectativa anterior de crescimento de 1,6%), com uma “profunda recessão” no primeiro semestre.

O banco espera retração de 3,5% da economia no primeiro trimestre deste ano ante os três meses anteriores (com ajuste sazonal), devido sobretudo ao golpe contra o PIB global e a temores do Covid-19 no país.

Com coronavírus, bancos projetam recessão no 1º semestre e reduzem previsão para o PIB deste ano.

Já no segundo trimestre o JPMorgan calcula um tombo de 10%, à medida que os efeitos de baixa da disseminação do coronavírus e as medidas para conter o surto, junto com o aperto nas condições financeiras e uma recessão globais, terão

um “papel crucial”.

“Julgamos que o segundo trimestre poderia ser ainda pior, mas as medidas fiscais anunciadas por autoridades devem suavizar os efeitos”, disse o banco em relatório.

O Goldman Sachs também cortou sua projeção para a economia em 2020, de expansão de 1,5% para contração de 0,9%.

“A combinação de demanda externa por bens e serviços em declínio, piora dos termos de troca, aperto significativo das condições financeiras domésticas e impacto econômico das medidas em rápida escalada para lidar com o surto de Covid-19 dentro das fronteiras nacionais, nos levaram a revisar ainda mais para baixo nossas perspectivas para as economias da América Latina”, disse o Goldman também em relatório.

Nesta quarta-feira, o UBS baixou a 0,5% sua expectativa de crescimento para o PIB brasileiro neste ano, depois de uma taxa já revisada para baixo de 1,3% (contra 2,1% antes).

Tribuna

Copom baixa juro básico para 3,75 por cento ao ano

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) reduziu ontem a taxa básica de juros da economia brasileira de 4,25% para 3,75% ao ano. A decisão foi unânime.

Com a redução, o juro básico recuou ao menor patamar desde 1999 - quando entrou em vigor o regime de metas para a inflação. Em pesquisa realizada na semana passada pelo BC, a maior parte do mercado projetava um corte menor nos juros, para 4% ao ano.

A decisão do BC, tomada em meio à crise gerada pela pandemia do coronavírus, segue o exemplo de outros bancos centrais do mundo, como o Federal Reserve (BC norte-americano) e o Banco da Inglaterra.

O anúncio do Banco Central cita, como fatores que compõem o cenário econômico atual:

a "desaceleração significativa do crescimento global",

a queda dos preços das commodities;

o "aumento da volatilidade nos preços de

ativos financeiros",

e os impactos futuros do coronavírus na economia - que, segundo o BC, ainda não estão refletidos nos dados mais recentes da atividade econômica brasileira.

O comunicado fala em "cautela" na condução da política monetária, mas não descarta que os juros básicos da economia caiam ainda mais, a depender da conjuntura.

"O Copom entende que a atual conjuntura prescreve cautela na condução da política monetária, e neste momento vê como adequada a manutenção da taxa Selic em seu novo patamar. No entanto, o Comitê reconhece que se elevou a variância do seu balanço de riscos e novas informações sobre a conjuntura econômica serão essenciais para definir seus próximos passos", diz a nota do conselho. "O Banco Central do Brasil ressalta que continuará fazendo uso de todo o seu arsenal de medidas de políticas monetária, cambial e de estabilidade financeira no enfrentamento da crise atual."

FOLHA DE S.PAULO



O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante anúncio de medidas contra os efeitos econômicos da epidemia de coronavírus. Pedro Ladeira/Folhapress

Pacote corta em 50% jornada e salário para CLT e dá R\$ 200 para informais

Iniciativa poderá durar enquanto estiver em vigor o estado de calamidade, já aprovado na Câmara

BRASÍLIA O governo permitirá o corte de até 50% da jornada e do salário dos trabalhadores formais durante a crise do coronavírus. Além disso, vouchers mensais de R\$ 200, ao longo de três meses, serão distribuídos aos informais. Anunciadas nesta quarta-feira (18), as iniciativas deverão ser encaminhadas ao Congresso por medidas provisórias, que precisam do aval do

Congresso em 120 dias e têm efeito imediato.

O governo ainda avalia a possibilidade de as propostas serem enviadas por meio de PL (projeto de lei).

A MP da redução proporcional de jornada e salário fará alterações na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O país tinha 39 milhões de empregos formais em dezembro de 2019, segundo o Caged (Ca-

dastro Geral de Empregados e Desempregados).

O Ministério da Economia afirmou que a medida exigirá negociação individual e visa preservar empregos.

"É preciso oferecer instrumentos para empresas e empregados superarem a turbulência. O interesse de ambos é preservação de emprego e renda", disse o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo.

Pelas regras mencionadas, as empresas devem continuar pagando pelo menos o salário mínimo. Também não pode ser reduzido o salário-hora do trabalhador.

A iniciativa poderá durar enquanto estiver em vigor o estado de calamidade. O governo enviou ao Congresso um pedido para que seja decretada a situação emergencial até 31 de dezembro.

A proposta, que libera o governo de cumprir a meta fiscal deste ano, foi aprovada na noite desta quarta pela Câmara (leia à pág. A19). Agora o texto será analisado pelo Senado.

A equipe econômica disse acreditar que pode haver uma melhora na economia antes do fim do ano, em até quatro meses. Isso faria as empresas normalizarem seus contratos.

"Muito mais grave, diante

de uma crise desta, é a pessoa perder o emprego e sobreviver sem salário", afirmou o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

Os técnicos da pasta não descartaram a adoção de medidas ainda mais profundas. Uma das ideias debatidas é a possibilidade de permitir a suspensão do contrato de trabalho com acesso de trabalhadores ao seguro-desemprego, como a *Folha* mostrou.

"Medidas mais duras podem ser tomadas para alguns setores", afirmou Dalcolmo, quando lhe foi perguntado sobre o assunto. A ideia ainda não é um consenso no governo.

As medidas anunciadas também simplificam as regras para empresas estabelecerem férias coletivas, que podem valer para toda a empresa ou apenas parte dela.

Antes, os empregadores tinham de avisar essa iniciativa ao governo e aos sindicatos com antecedência mínima de duas semanas. Agora, a notificação poderá ser feita 48 horas antes.

Os trabalhadores também poderão ter antecipadas férias de 15 dias mesmo que não tenham completado um ano na empresa. Além disso, feriados não religiosos poderão ser antecipados, durante a restrição de circulação de pessoas.

As empresas ainda poderão suspender o pagamento do FGTS ao trabalhador, o que, na visão do governo, dá mais flexibilidade para o fluxo de caixa da empresa.

Nesse caso, o empregador poderá deixar de recolher a contribuição por três meses e, nos meses seguintes, recolher o montante faltante.

Serão flexibilizadas as regras de banco de horas e de trabalho remoto, que na visão do governo teriam muitas amarras.

Continua na pág. A18

Pacote corta em 50% jornada e salário para CLT e dá R\$ 200 para informais

Continuação da pág. A17

Mais cedo, em entrevista comandada por Jair Bolsonaro ao lado de ministros, entre eles Paulo Guedes (Economia), o governo anunciou o voucher para os informais.

A medida vai custar R\$ 15 bilhões. O Ministério da Economia estima que de 15 milhões a 20 milhões de pessoas serão contemplados com o pagamento.

Serão beneficiados aqueles que não têm emprego formal —ou seja, com carteira assinada— nem recebam recursos de programas como Bolsa Família e BPC (benefício para idosos carentes e deficientes).

“A preocupação do presidente é o mercado informal. São 38 milhões de brasileiros que estão nas praias vendendo mate, vendendo cocada na rua, são os flanelinhas”, afirmou Guedes.

Deve ficar sob responsabilidade da Caixa e do INSS o pagamento dos vouchers aos selecionados para o programa. A intenção é que haja pagamento direto em contas, sem necessidade de visita a agências.

Para viabilizar o programa e a seleção de beneficiários, o governo pretende usar o Cadastro Único (CadÚnico) —que hoje é usado para os programas sociais.

O novo benefício tem valores próximos aos do Bolsa Família. Atualmente, o benefício básico do programa é de

R\$ 89 por família, com adicional variável que pode chegar a R\$ 205. O benefício médio é de R\$ 191.

Uma das dificuldades dos técnicos tem sido identificar os brasileiros com trabalho informal para pôr em ação um plano de ajuda a esse público.

O benefício temporário via CadÚnico poderia proteger informais com atividades esporádicas, como ambulantes, e outros grupos, como donos de pequenos negócios e autônomos, como agrônomos com contrato de prestação de serviço, mas sem vínculo de emprego.

O CadÚnico tem 29 milhões de famílias listadas. O Bolsa Família, maior programa de transferência de renda, cobre cerca de 13 milhões delas.

Há, portanto, mais famílias de baixa renda no cadastro, mas que não se encaixam nos critérios do Bolsa. Quase 90% dos listados no CadÚnico têm renda de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) por integrante da família.

Segundo Guedes, outra ação do governo será pagar parte dos salários de trabalhadores de micro e pequenas empresas que se comprometerem a não demitir funcionários.

Na segunda (16), o governo anunciara R\$ 14,3 bilhões para enfrentar o coronavírus.

Agora, com os anúncios desta quarta, serão mais R\$ 22,3 bilhões para combater os efei-

+ OUTRAS MEDIDAS

Simples
Aprovado nesta quarta (18), o adiamento do pagamento de tributos do Simples também vale para microempreendedores individuais. Os vencimentos de abril, maio e junho serão adiados, respectivamente, para outubro, novembro e dezembro

Turismo
Portaria flexibilizará empréstimos do Fungetur para micro, pequenas e médias do setor de viagens

Crédito
O BB ampliou em R\$ 100 bilhões suas linhas de crédito, o que beneficia 13 milhões de clientes

tos econômicos da pandemia —o que inclui o voucher. O total é de R\$ 169,6 bilhões.

O governo passou a incluir também na conta dos estímulos o repasse de R\$ 5 bilhões ao Ministério da Saúde feito na sexta (13) por MP. Com o adiamento do Censo do IBGE para 2021, mais R\$ 2,3 bilhões serão remanejados para a saúde.

A elevação dos gastos será possível em razão da decretação do estado de calamidade.

Segundo Guedes, essa medida evitará que sejam bloqueados R\$ 40 bilhões em verbas de ministérios. “A calamidade pública foi a melhor resposta técnica para evitar o contingenciamento, que seria dramático.”

O governo prevê um déficit de R\$ 124,1 bilhões para 2020 —o rombo poderá chegar a no mínimo R\$ 224,1 bilhões. A projeção preliminar é de mais gastos no montante mínimo de R\$ 120 bilhões.

Sem aval do Congresso para a calamidade pública, assessores do governo consideram que a meta fiscal de déficit deste ano será descumprida.

Bolsonaro solicitou a decretação de calamidade com base na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) a fim de elevar os gastos com saúde no combate ao novo coronavírus.

Fábio Pupo, Thiago Resende, Bernardo Caram, Gustavo Uribe, Ricardo Della Coletta, Talita Fernandes e Julio Wiziack

FOLHA DE S.PAULO

Valor para que informais e conta própria não caiam na pobreza seria de R\$ 250

Valor equivale a menos de um quinto do que esses grupos ganham hoje, em média; governo federal precisaria destinar R\$ 9,5 bi ao mês

Fernando Canzian

SÃO PAULO O governo federal precisaria destinar R\$ 9,5 bilhões ao mês para impedir que 38,3 milhões de trabalhadores informais, incluindo os de conta própria sem CNPJ, caiam abaixo da linha de pobreza no período de recolhimento devido à crise do coronavírus.

O valor corresponderia a R\$ 250 ao mês para cada um deles, o mínimo para mantê-los acima da pobreza no pior cenário da crise. Ainda assim, haveria queda brutal em seus rendimentos mensais e diminuição acentuada da atividade econômica —esses trabalhadores representam 40% da força de trabalho do país.

Nos dois tipos de ocupação que mais cresceram nos últimos anos, os 19,3 milhões de conta própria sem CNPJ têm renda mensal média de R\$ 1.355; os 11,6 milhões de trabalhadores informais do setor privado, de R\$ 1.470. Há ainda 4,5 milhões de domésticos sem carteira, com renda média de R\$ 768.

Segundo o ministro Paulo Guedes (Economia), o foco será ajudar emergencialmente os informais. Uma das ideias é distribuir vouchers para compra de alimentos e medicamentos, mas isso traz problemas logísticos e de identificação dos necessitados.

Há dois desafios para a ajuda direta aos informais. 1) De onde virá o dinheiro se 95% da receita orçamentária vai para gastos obrigatórios? 2) Como fazer os valores chegarem até eles?

Com o pedido de calamidade pública para enfrentar a crise, o governo poderia ampliar a meta de déficit deste ano —de R\$ 124,1 bilhões— prevista na Lei de Diretrizes

Orçamentárias e relaxar as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

“O governo vai emitir títulos. Se não tiver compradores no mercado, quem compra é o Banco Central. Trata-se de uma emissão de dinheiro”, diz o economista e ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Antonio Delfim Netto. “E tem que fazer isso mesmo.”

O economista Marcelo Neri, diretor da FGV-Social, afirma que, como administradora do chamado Cadastro Único, a Caixa tem os endereços de 27 milhões de famílias necessitadas —é por meio dele que o governo pretende lançar a ajuda aos informais.

Cerca de 13,2 milhões delas já participam do Bolsa Família, e há um número considerável —bem acima da média geral do país— de indivíduos trabalhando informalmente ou por conta própria.

O caminho mais rápido para chegar a eles seria reforçar emergencialmente o valor pago a famílias atendidas pelo Bolsa Família, que recebe cerca de R\$ 190 mensais.

No pacote de R\$ 147,3 bilhões já anunciado, R\$ 3,1 bilhões seriam de fato verbas orçamentárias para ampliar em mais 1,1 milhão os beneficiários do programa —são os que já estão na fila há um ano.

Para as demais, a Caixa teria de montar um mecanismo para atendê-las e distribuir os recursos.

O diretor da FGV-Social afirma que os R\$ 250 para os informais seriam o mínimo para não aumentar o atual contingente de 23,2 milhões de pessoas no Brasil que vivem na pobreza. “Seria pagar para as pessoas ficarem em casa.”

Para Naercio Menezes, coordenador do Centro de Po-

+
GOVERNO
NEGOCIA
NOVAS
REGRAS
PARA O BPC

A negociação com o Congresso é sobre o benefício assistencial pago a idosos carentes e deficientes de baixa renda. A disputa envolve a derrubada de um veto de Bolsonaro em sessão do Congresso na semana passada, aumentando o limite de renda familiar para ter direito ao benefício. Por maioria, a Câmara e o Senado decidiram que o BPC deveria ser pago a famílias com renda de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) por integrante.

líticas Públicas do Insper, aumentar o valor do Bolsa Família seria mais eficiente, inclusive para ajudar a conter efeitos de uma “recessão brava” que se avizinha, na sua opinião.

Como o titular já tem o cartão do programa, basta carregá-lo com um valor maior.

“O Bolsa Família tem um efeito multiplicador muito forte para municípios, sobretudo no comércio e serviços. Ele faz a economia girar”, diz.

Segundo seus cálculos, para cada R\$ 1 a mais per capita com o Bolsa Família, o PIB per capita do município onde o dinheiro é gasto aumenta R\$ 4.

Entre as medidas já anunciadas pelo governo, o economista e professor da PUC-Rio José Marcio Camargo avalia como grande acerto a antecipação das parcelas do 13º salário dos aposentados.

“Muitas famílias dependem dessa renda”, diz. Uma de suas grandes preocupações são os pequenos comércios do país.

Uma opção à simples doação desses recursos seria oferecer empréstimos emergenciais, mas a organização disso supera a dificuldade já grande de encontrar as pessoas.

Caminhos possíveis seriam sistemas como o Crediamigo, do Banco do Nordeste, que atende 2 milhões.

Para o ex-presidente do Sebrae Guilherme Afif Domingos, além de medidas emergenciais para pequenas e médias empresas, seria fundamental o Congresso aprovar a chamada PEC Emergencial, que possibilita a administradores públicos cortar em até 25% a jornada de trabalho e o rendimento de servidores.

“Os governos precisam abrir rapidamente espaço em seus orçamentos”, diz.

Colaborou Nicola Pamplona, do Rio

FOLHA DE S.PAULO

Câmara aprova projeto que reconhece calamidade pública

Texto retira obrigação de cumprir meta fiscal e contingenciar despesas

Danielle Brant

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (18) projeto de decreto legislativo que reconhece estado de calamidade pública no Brasil em decorrência da crise do coronavírus.

O texto foi aprovado em votação simbólica. O projeto exigia maioria simples, ou seja, quórum de ao menos 257 deputados para que a votação ocorresse.

Após a Câmara, o Senado deve aprovar texto que também reconhece o estado de calamidade. Por ser decreto legislativo, o projeto não precisa do aval do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), segundo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O projeto de decreto legislativo foi elaborado em resposta à mensagem enviada pelo presidente Jair Bolsonaro na noite de terça-feira (17).

Pelo texto, relatado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), o Congresso reconhece até 31 de dezembro o estado de calamidade pública no pa-

ís, que desobriga o governo de observar a meta de resultado primário e a fazer contingenciamento das despesas para cumprir as estimativas iniciais.

O projeto cria também uma comissão mista, formada por seis deputados e seis senadores, com mesmo número de suplentes. O grupo terá como objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas adotadas para conter a disseminação do coronavírus.

A comissão poderá trabalhar virtualmente, alinhada com a decisão do Congresso de reduzir a presença de parlamentares nas duas Casas para evitar o alastramento da doença.

Os membros do colegiado se reunirão todos os meses com o Ministério da Economia para monitorar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas.

Além disso, bimestralmente a comissão fará audiência pública com o ministro Paulo Guedes (Economia) para apresentar e publicar relatório

sobre a avaliação das medidas adotadas.

Os deputados rejeitaram alterações propostas ao texto. Uma delas queria reduzir de mensal para quinzenal as reuniões da comissão mista. A outra indicava que a decretação da calamidade pública não implicava autorização para decretação de estado de defesa ou de sítio.

Antes da aprovação, Maia havia defendido que a solução para a crise passava pelo governo aportar recursos para "proteger os brasileiros mais simples, mais vulneráveis" e manter os empregos diante da possibilidade de demissões no setor privado pelo impacto econômico da epidemia.

"E, mais importante, a decretação de calamidade abre espaço fiscal, abre espaço para o governo poder aplicar mais recursos na área de saúde", disse.

A medida teve o respaldo de partidos de todo campo político. O líder da oposição na Câmara, deputado André Figueiredo (PDT-CE), disse que

a decisão do governo foi uma surpresa positiva. "Nós estávamos muito preocupados com o governo federal praticamente omisso", afirmou.

O parlamentar defendeu a criação da comissão para acompanhar as ações do governo. "A gente não pode deixar de achar que o Poder Legislativo, até pelo protagonismo que tem tomado em razão da omissão do Poder Executivo, vai entregar tudo para o Poder Executivo e, de repente, a gente vai ficar sem qualquer tipo de acompanhamento. Não é controle, não queremos controlar nada, mas queremos acompanhar a priorização e a execução."

O projeto foi elaborado após o governo pedir ao Congresso que reconhecesse calamidade pública pela crise do coronavírus.

Na noite de terça, nota divulgada pela Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) indicou que o pedido foi feito também por causa do "monitoramento permanente da pandemia Covid-19" e em vir-

Estados de emergência e calamidade

Diferenças O estado de emergência se caracteriza pela iminência de danos à saúde e aos serviços públicos. Já o estado de calamidade pública é decretado quando essas situações se instalam

Metas fiscais União, estados e municípios são dispensados do cumprimento das metas de resultados fiscais e do bloqueio de despesas previstos em lei, em caso de decretação de calamidade. Para estados e municípios, ficam suspensos prazos para ajuste no excesso com despesa de pessoal no endividamento acima do limite

Recursos emergenciais

Recursos federais para ações de defesa civil em casos de emergência ou calamidade podem ser destinados às ações que integram o Programa de Resposta aos Desastres. O governo também pode baixar medida provisória

Auxílio Emergencial Financeiro

Destinado a socorrer e a assistir famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos atingidas por desastres

Fontes: Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal e Agência Senado

tude "de proteger a saúde e os empregos dos brasileiros e da perspectiva de queda de arrecadação".

"O reconhecimento do estado de calamidade pública tem suporte no disposto no art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) o qual dispensa a União do atingimento da meta de resultado fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, em consequência, da limitação de empenho prevista na LRF", escreveu a Secom.

Nesta quarta, o presidente Jair Bolsonaro reconheceu que o estado de calamidade pública impactará a atividade econômica do país.

Em mensagem presidencial enviada ao Poder Legislativo, solicitando o reconhecimento do decreto, ele ressaltou que os impactos da pandemia da doença poderão levar a uma queda do PIB (Produto Interno Bruto) deste ano.

"De fato, as medidas necessárias para proteger a população do vírus que desaceleram a taxa de contaminação e evitam o colapso do sistema de saúde implicam inevitavelmente forte desaceleração também das atividades econômicas", disse.

A mensagem do presidente ressalta ainda que medidas de precaução, como a redução de interações sociais e o fechamento temporário de comércios e indústrias, "devem causar grandes perdas de receita e renda para empresas e trabalhadores".

FOLHA DE S.PAULO

Dólar fecha a R\$ 5,20; Bolsa cai 10,3% após 6ª interrupção no mês

Ibovespa sofre queda de 42% no ano, mais que em 2008, ano da crise; moeda dos EUA acumula alta de 29,7%

Júlia Moura e Tássia Kastner

SÃO PAULO Após superar os R\$ 5,25 durante o pregão desta quarta-feira (18), a cotação do dólar fechou a R\$ 5,20, alta de 3,97%.

Em 2020, o dólar acumula valorização de 29,6% ante o real, ou R\$ 1,187.

A forte valorização da moeda na sessão foi contida por intervenções do Banco Central. A autarquia fez três leilões da moeda à vista ao longo do dia, que totalizaram US\$ 860 milhões. Também foram vendidos US\$ 2 bilhões em leilão de linha — venda com compromisso de recompra.

O pregão foi marcado por forte aversão a risco devido aos temores de investidores quanto a uma recessão global provocada pelas medidas de combate ao coronavírus.

Com o recuo de 10,34% nesta quarta, a Bolsa brasileira se assemelha a 2008, ano da crise financeira mundial.

O Ibovespa, maior índice acionário da Bolsa brasileira, acumula queda de 42% em 2020. Em 2008, o índice caiu 41,22%, em termos nominais (sem contar a inflação).

Segundo dados da Economatica, a queda em 2008 corrigida pelo IPCA é de 44,50%. Se a correção inflacionária for medida pelo IGP-DI, a queda naquele ano foi de 46,12%.

Em termos nominais, a queda do Ibovespa em 2020 é a segunda pior da história do índice, criado em 1967 e computado a partir de janeiro de

1968. Segundo a Economatica, apenas a queda de 1971 supera este ano, com recuo de 44,4%. Corrigida pelo IPCA, a queda é de 51,97%.

Nesta quarta, o Ibovespa fechou em 66.894 pontos, menor patamar desde agosto de 2017. À época, a Bolsa se recuperava da forte queda de 18 de maio daquele ano, conhecido como Joesley Day, quando o Ibovespa caiu 8,8% e foi a 61 mil pontos após divulgação de conversa comprometedora entre o empresário Joesley Batista e o então presidente Michel Temer (MDB).

No pregão desta quarta, foi acionado o sexto circuit breaker de março, igualando a quantidade de paralisações a 2008. O mecanismo é acionado em quedas superiores a 10%, 15% e 20% e suspende as negociações por 30 minutos, 1 hora e tempo indeterminado, respectivamente.

A diferença das fortes quedas em 2020 para a última crise financeira está na velocidade da interrupção do mercado.

Os seis circuit breakers de 2008 ocorreram em um intervalo de quatro semanas. Nesta crise causada pelo coronavírus, as seis interrupções ocorreram em dez dias.

Nesta quarta, a Bolsa se aproximou do sétimo circuit breaker, com queda de 14,8% durante a tarde, mas acompanhou as Bolsas americanas e amenizou quedas.

Nos Estados Unidos, o Dow Jones caiu 6,3%, o S&P 500,

e a Nasdaq, 4,7%. Tanto a Bolsa de tecnologia Nasdaq quanto a Bolsa de Nova York também acionaram o circuit breaker no pregão.

Petróleo tem menor valor em 17 anos, e Petrobras corta preço

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O preço do petróleo fechou atingiu nesta quarta (18) o menor nível desde o início dos anos 2000, diante do aumento das medidas de isolamento da população para enfrentar a pandemia de coronavírus em todo o mundo, que tem impacto na demanda de combustíveis.

O petróleo do tipo Brent fechou em queda de 13,4%, a US\$ 24,88 por barril. É o menor valor desde 2003.

O WTI, negociado em Nova York, caiu 24,4%, para US\$ 20,37, menor valor em 18 anos. Com queda acumulada de 56%, a cotação tem a pior sequência de dez dias desde o início das negociações, em 1983.

A Petrobras anunciou o segundo corte nos preços da gasolina e do diesel em uma semana. A partir desta quinta (19), a gasolina será reduzida em 12%, e o diesel, em 7,5%.

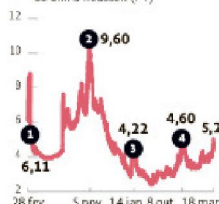
Folha explica o IR com IOB

Excepcionalmente hoje a seção não é publicada

Apesar da forte alta, dólar ainda está longe de seu recorde real

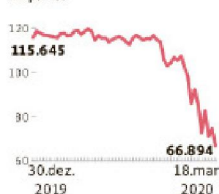
Cotação do dólar ajustada pela inflação brasileira (IPCA)

- 1 Início do Plano Real
- 2 Máximo valor histórico da moeda na primeira eleição de Lula
- 3 Crise financeira
- 4 Período pré-impeachment de Dilma Rousseff (PT)

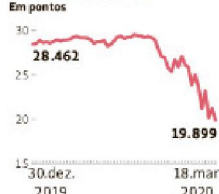


Em 2020

Ibovespa acumula queda de 42%
Em pontos

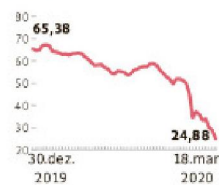


Dow Jones cai 30%



Petróleo cai 62%

Contrato futuro do barril do Brent, em US\$



Fontes: Bloomberg e CMA

Bancos veem queda no PIB em 2020 e falam até em 'profunda recessão'

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Os bancos JPMorgan e Goldman Sachs passaram a prever contração da economia brasileira neste ano, com o PIB afetado pelos efeitos do coronavírus.

O JPMorgan projeta queda de 1% no PIB em 2020, ante expectativa anterior de crescimento de 1,6%, com uma "profunda recessão" no primeiro semestre.

O banco espera retração de 3,5% da economia no primeiro trimestre deste ano ante o PIB em 2019, ante expectativa anterior de crescimento de 1,6%, com uma "profunda recessão" no primeiro semestre.

O banco espera retração de 3,5% da economia no primeiro trimestre deste ano ante o PIB em 2019, ante expectativa anterior de crescimento de 1,6%, com uma "profunda recessão" no primeiro semestre.

Já no segundo trimestre o JPMorgan calcula um tombo de 10%. Para a instituição, as medidas tomadas pelo mundo para conter o surto, junto com o aperto nas condições financeiras e uma recessão, terão um "papel crucial".

"Julgamos que o segundo trimestre poderia ser ainda pior, mas as medidas fiscais anunciadas por autoridades devem suavizar os efeitos", disse o banco em relatório.

O Goldman Sachs também cortou sua projeção para a economia em 2020, de expansão de 1,5% para uma contração de 0,9%.

"A combinação de demanda externa por bens e serviços em declínio, piora dos termos de troca, aperto significativo das condições financeiras domésticas e impacto econômico das medidas em rápida escalada para lidar com o surto de Covid-19 nos levaram a revisar ainda mais para baixo nossas perspectivas para as economias da América Latina", disse relatório da instituição.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues,

afirmou nesta quarta-feira (18) que o governo vai rever a projeção de crescimento para um valor "bem abaixo" da estimativa atual.

Na última semana, o governo já havia revisado a perspectiva de alta da atividade de 2,4% para 2,1%. O número, porém, ainda não considerava o agravamento da crise do novo coronavírus e da guerra comercial do petróleo.

"[A nova projeção] está bem abaixo desse 2,1% e um valor em linha com o mercado. De fato, várias projeções já indicam valores entre 0,5% e 0%, os nossos números refletem todas essas alterações e comentamos na sexta-feira (20)", afirmou.

Nesta quarta, o UBS baixou a 0,5% sua expectativa de crescimento para o PIB brasileiro neste ano, depois de uma taxa já revisada para abaixo de 1,3% (ante 2,1% antes). O Credit Suisse cortou a expectativa de crescimento em 2020 para zero; antes, o banco suíço previa expansão de 1,4% do PIB neste ano.

Devido a medidas de contenção da Covid-19, o banco vê um cenário de contração de 0,4% no primeiro trimestre em relação ao último de 2019 e de 1,6% no segundo trimestre.

Na terça, o Santander Brasil reduziu sua projeção de 2% para 1% em 2020. A instituição espera queda nos dois primeiros trimestres, mas trabalha com uma recuperação no segundo semestre, em um cenário em que haveria retomada da atividade a partir do controle da propagação do vírus.

Com a retomada mais lenta, o banco revisou também a expectativa de crescimento de 2021, de 2,5% para 2%.

Com Bernardo Caram, de Brasília, e a Reuters

FOLHA DE S.PAULO

BC reduz juro em 0,5 ponto, para 3,75% ao ano

Copom diz que coronavírus tornou ambiente desafiador para emergentes e indica que manterá taxa na próxima reunião

Larissa Garcia

BRASÍLIA O avanço da crise gerada pelo coronavírus fez o Copom (Comitê de Política Monetária) cortar a Selic em 0,5 ponto percentual, para 3,75% ao ano, conforme o previsto pela maioria do mercado. O comunicado indica que o Banco Central manterá a Selic neste patamar na próxima reunião.

O BC frisou os impactos da pandemia, com forte desaceleração no crescimento global, queda no preço das commodities e aumento da volatilidade nos mercados. "Nesse contexto, apesar da provisão adicional de estímulo monetário pelas principais economias, o ambiente para as economias emergentes tornou-se desafiador", diz o comunicado.

O BC ressaltou que os dados da atividade econômica divulgados no Copom anterior estavam alinhados ao processo de recuperação gradual da economia, mas ainda não refletiam os impactos da Covid-19.

"O comitê avalia que diversas medidas de inflação subjacente se encontram em níveis compatíveis com o cumprimento da meta para a inflação no horizonte relevante para a política monetária."

Com base em cenário híbrido, com taxa de mercado e taxa de câmbio constante a R\$ 4,75, as projeções do Copom para a inflação ficam em

torno de 3,0% para 2020 e 3,6% para 2021. Esse contexto supõe trajetória de juros que encerra 2020 em 3,75% ao ano e se eleva até 5,25% ao ano em 2021.

No cenário com taxa de juros constante a 4,25% ao ano e taxa de câmbio constante a R\$ 4,75, as projeções para a inflação são de 3,0% para 2020 e 3,6% para 2021. O Copom ressaltou que, em seu cenário básico para a inflação, "permanecem fatores de risco em ambas as direções".

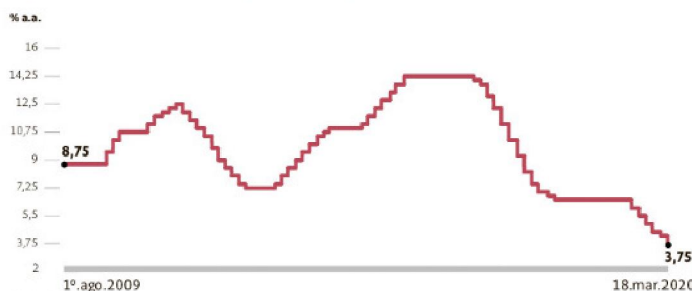
O comitê enfatizou a importância da continuidade do processo de reformas e ajustes necessários na economia.

As expectativas para a queda da Selic se consolidaram no início do mês, quando o BC divulgou nota afirmando que, com o avanço da Covid-19 pelo mundo, estava monitorando atentamente a pandemia.

A autarquia indicou que a taxa básica de juros deveria permanecer em queda. Na reunião anterior (fevereiro), quando o comitê cortou a taxa em 0,25 ponto, a autoridade monetária havia anunciado que não haveria mais cortes. O juro estava em 4,25% ao ano.

Ao longo da semana, o BC sofreu forte pressão para intensificar a queda da Selic. Depois que o Fed (Federal Reserve) anunciou, no domingo (15), corte na taxa de juros americana em reunião extraordinária, aumentaram as ex-

Copom reduz taxa básica de juros para 3,75% ao ano



pectativas para que o comitê intensificasse o corte na Selic.

Os economistas divergem, principalmente, com relação à manutenção da taxa na próxima reunião. Marco Ross, economista sênior da XP Investimentos, crê que o BC tentou afastar o protagonismo da autoridade monetária na retomada da atividade econômica.

"O comunicado enfatizou a importância da continuidade das reformas fiscais. O corte de meio ponto era previsto, mas o tom do comunicado em si gerou surpresa."

José Francisco Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, ressalta que o comitê não está seguro para continuar o ciclo de redução da Selic, mas acha que a decisão pode-

ria ter sido mais agressiva. "Os efeitos da crise do coronavírus ainda não estão nos dados disponíveis, mas é certo que a atividade econômica vai piorar."

Investidor terá de diversificar na renda fixa, dizem analistas

FOLHAINVEST

Júlia Moura

SÃO PAULO Com a Selic a 3,75% e a Bolsa em desvalorização, o investidor precisa diversificar ainda mais os investimentos, especialmente na renda fixa, apontam especialistas.

"Em condições normais, quando os juros caem, recomendamos renda variável, mas está muito difícil neste momento de indicar isso", afirma Bruno Mori, planejador financeiro CFP pela Planejar.

O Ibovespa acumula queda de 42% em 2020. Em 2019, subiu 31,6%.

Segundo Mori, não é recomendável entrar na Bolsa agora ou ampliar a fatia de renda variável da carteira.

"As ações até estão baratas, mas o que a Bolsa precisa agora é quanto tempo vai durar a recessão, e não mais se ela vai existir", diz Mori.

Ele aponta que a taxa de juros baixa deixa a renda fixa menos rentável, mas, em momentos de crise, ela se torna

ainda mais importante.

"As reservas de emergência são importantes para o momento que estamos vivendo, com a economia global parando e empresas demitindo", diz.

A reserva emergencial consiste em, no mínimo, seis meses de gastos mensais alocados em um investimento de renda fixa que supere a inflação e possa ser resgatado no mesmo dia sem perda de valor, como o Tesouro Selic, fundos DI e CDBs acima de 100% do CDI. Ela deve ser utilizada em caso de desemprego ou de emergências médicas para evitar a contração de dívidas.

Nesse caso, alocações na poupança, principal investimento dos brasileiros, devem ser evitadas, pois seu rendimento perde para a inflação. A poupança nova, feita a partir de 4 de maio de 2012, rende 70% da Selic, o equivalente a 2,625% ao ano a partir desta quarta.

"Nesse cenário, de taxa de juros real próxima do negativo, o que a renda fixa assegura é a manutenção do compra. Não tem para onde fugir", diz Rafael Panonko, chefe de análises da Toro Investimentos.

Mori recomenda que os investidores que tenham a poupança nova troquem esse investimento, depois do aniversário do mesmo, por CDBs com rendimentos a partir de 100% do CDI.

Governo reforça socorro com renda extra e mais crédito

Ministro da Economia afirma que pacote de ajuda pode ainda contar com novas medidas

Por Fabio Graner, Edna Simão, Lu Aiko Otta, Mariana Ribeiro, Fabio Murakawa e Matheus Schuch — De Brasília

19/03/2020 05h00 · Atualizado há 3 horas

Combate à pandemia e ao choque externo

Principais medidas anunciadas pelo governo

Total até agora: **R\$ 169,6 bilhões**

Caráter geral

Pedido de autorização ao Congresso para estado de calamidade, com suspensão da meta fiscal e possibilidade de elevar gastos

Reformas: PEC Emergencial, Plano Mansueto e privatização da Eletrobras

Assistência aos mais vulneráveis (R\$ 98,4 bilhões)

Ajuda de R\$ 200 mensais para informais por três meses (R\$ 15 bilhões)

Antecipação da primeira parcela do 13º de aposentados e pensionistas para abril (R\$ 23 bilhões)

Antecipação da segunda parcela do 13º de aposentados e pensionistas para maio (R\$ 23 bilhões)

Transferência de valores não sacados do PIS-Pasep para permitir novos saques do FGTS (R\$ 21,5 bilhões)

Diferimento da parte da União no Simples Nacional por três meses (R\$ 22,2 bilhões)

Reforço de R\$ 5 bilhões do Proger/FAT para capital de giro de micro e pequenas empresas

Redução de 50% das contribuições do Sistema S por três meses (R\$ 2,2 bilhões)

Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação para renegociação de crédito

Facilitar o desembaraço de insumos e matérias primas industriais importadas antes do desembarque

Combate à pandemia (R\$ 11,8 bilhões)

Adiamento do censo do IBGE e destinação do dinheiro para o SUS (R\$ 2,3 bilhões)

Licença não automática para exportação de produtos necessários ao combate à doença

Reforço de R\$ 5 bilhões no orçamento do

Prorrogação de validade de CNH e passe livre

Fechamento da fronteira com a Venezuela

Estudos para fechar fronteira com outros países

Orientação aos Estados para restringir total ou parcialmente as visitas aos presídios

Uso de unidades não ocupadas do Minha Casa Minha Vida para quarentena fora dos hospitais

Atuação da Defesa Civil em orientação à população, em apoio ao Ministério da Saúde

Setor aéreo

Diferimento do pagamento das tarifas de navegação aérea. Pagamentos de março, abril, maio e junho ficam postergados para setembro, outubro, novembro e dezembro

Reforço do Bolsa Família, com inclusão de mais 1,2 milhão de beneficiários (R\$ 3,1 bilhões)	Destinação de R\$ 4,5 bilhões do fundo do DPVAT para o SUS	de penalidade contratual, se aceitar crédito para utilização futura
Acesso de mais pessoas ao BPC (em negociação)	Desoneração temporária de IPI de produtos importados necessários ao combate da doença	Diferimento das outorgas fixas e variáveis nos aeroportos concedidos
Redução do teto de juros do consignado, aumento da margem e do prazo de pagamento	Desoneração temporária de IPI de produtos nacionais necessários ao combate da doença	Linhas de crédito do Banco do Brasil, Caixa e BNDES para capital de giro
Renda mínima do trabalhador portuário	Redução a zero da alíquota do Imposto de Importação de 50 itens de uso médico e hospitalar, necessários ao combate da doença. Priorização no desembarque	Abono do cancelamento de slots para aferição de índice de pontualidade
Medidas para beneficiar caminhoneiros	Aquisição de 2 mil leitos de CTIs	Câmbio e liquidez
Manutenção de empregos (R\$ 59,4 bilhões)	Compra de 30 mil kit de testes para covid-19	Injeção de pelo menos US\$ 15 bilhões no mercado de câmbio no mês
Medidas temporárias de facilitação da negociação para manter empregos (teletrabalho, antecipação de férias, férias coletivas, banco de horas, redução proporcional de jornada e salário, antecipação de feriados não religiosos)	Convocação de 5 mil médicos pelo programa Mais Médicos	Operações compromissadas com revenda de títulos em dólares (repo)
Suspensão de atos de cobrança e facilitação de renegociação de dívidas pela PGFN	Repasse para municípios estenderem horário de funcionamento de unidades de saúde	Disponibilização de R\$ 70 bilhões pela Caixa para capital de giro e compras de carteiras de outros bancos
Pagamento de parte da folha de micro e pequenas (em estudos)	Compra de 20 milhões máscaras da cirúrgica e 4 milhões máscaras especiais do tipo N95	Disponibilização de R\$ 100 bilhões pelo BB para pessoas físicas e jurídicas e setor público
Diferimento do prazo de pagamento do FGTS por três meses (R\$ 30 bilhões)	Suspensão da prova de vida do INSS por 120 dias	Facilitação pelo CMN de renegociações de empréstimos
		Ampliação pelo CMN de folga de capital dos bancos

Fonte: Governo Federal

No dia em que formalizou o pedido para decretação de estado de calamidade pública, o governo anunciou uma nova rodada de medidas para combater os efeitos econômicos do coronavírus. Entre as iniciativas, o pagamento de R\$ 200 para pessoas que estão na informalidade, por três meses, o reforço de linhas de crédito do Banco do Brasil, a flexibilização temporária das leis trabalhistas, o parcelamento de dívidas tributárias e o socorro ao setor aéreo.

As iniciativas foram informadas em entrevista coletiva com a presença do presidente Jair Bolsonaro e seus principais ministros, como Paulo Guedes (Economia), Henrique Mandetta (Saúde), Tarcísio Freitas (Infraestrutura). Todos usaram máscaras, mas para falar muitas vezes as tiraram. Bolsonaro disse que as medidas emergenciais têm como objetivo mitigar os efeitos da crise do coronavírus. “A intenção do estado

Ele listou algumas medidas que já haviam sido anunciadas dois dias antes. E, entre as novidades, o presidente ressaltou que o Banco do Brasil terá R\$ 24 bilhões para linha de crédito pessoal e outros R\$ 48 bilhões de crédito para empresas, e o socorro ao setor aéreo.

Paulo Guedes falou na sequência e informou que o governo decidiu transferir R\$ 200 para trabalhadores informais durante três meses, medida que terá um custo fiscal de R\$ 15 bilhões (R\$ 5 bilhões ao mês). O texto da legislação ainda está sendo construído pelos técnicos da área econômica. Segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, a medida deve atingir até 20 milhões de pessoas, sendo que a maior parte já estaria no cadastro único de programas sociais, que será a referência para o dinheiro. O governo ainda estuda como fará com as demais pessoas que não têm emprego formal e também não estão integradas ao cadastro.

No Planalto, Guedes detalhou os motivos pelo qual o governo optou pelo caminho de decretar calamidade pública. Segundo ele, o cenário apurado pela área técnica era que o governo teria de contingenciar (bloquear) R\$ 37 bilhões em recursos orçamentários em 2020 para cumprir a meta fiscal. O motivo é a perda de arrecadação pelo impacto da crise, além de outros problemas como a necessidade de retirar das contas R\$ 16 bilhões que viriam com a privatização da Eletrobras.

O ministro admitiu que isso seria muito complicado em momento em que a economia brasileira precisa de “esforço contracíclico”, expressão pouco usual para um orgulhoso liberal. “Teríamos de agudizar a crise”, reconheceu Guedes. “Estão suspensas as metas de resultado primário deste ano”, disse.

Sem essa restrição, o governo poderá fazer mais medidas para proteção social e também para o reforço na área da Saúde. Também estão no radar medidas de auxílio financeiro para Estados e municípios, principalmente para reforçar o atendimento na saúde.

O secretário especial adjunto de Fazenda, Jefferson Bittencourt, explicou que a medida não elimina as demais regras fiscais (teto de gastos e “regra de ouro”), mas ajuda o governo a ter capacidade de ação em um momento de alta instabilidade e

Segundo ele, posteriormente, quando o cenário estiver mais claro, o governo poderá enviar um projeto estabelecendo uma nova meta fiscal. A equipe econômica quer mostrar que fará o necessário enquanto durar a crise, mas não deixará de ter zelo fiscal, de olho no longo prazo.

Até agora, as medidas do governo somam R\$ 170 bilhões, mas o impacto fiscal disso é bem menor. A maior parte das iniciativas ou será revertida neste ano, como os adiamentos de impostos e antecipação de benefícios, ou é fora do Orçamento, como as do FGTS.

Sobre o reforço de renda aos informais, Guedes destacou que os valores serão pagos na Caixa e no INSS, buscando ao máximo mecanismos virtuais. Bruno Bianco explicou que a ideia é depositar o dinheiro nas contas dos beneficiários que já estão no cadastro único e têm conta bancária.

Guedes disse que medidas não param por aí. “A cada 48 horas, vamos nos reunir e, à medida que for necessário, vamos aprofundando respostas.”. Outra iniciativa informada pelo ministro é que o governo deve bancar parte dos salários pagos por micro e pequenas empresas. Essa ideia está sendo discutida junto com mecanismos de suspensão do contrato de trabalho, que o governo prepara nas medidas trabalhistas.

Na entrevista, o presidente da República disse que não pretende deixar as empresas do setor aéreo quebrarem porque isso seria muito pior. “Quebra das empresas não interessa. Custo seria maior”, destacou. Tarcísio Freitas anunciou depois medidas como o adiamento de outorgas dos aeroportos, que estava em estudo, conforme antecipou o **Valor**.

Dentro da linha de passar um símbolo de esforço conjunto contra a crise, outros ministros falaram. Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional, disse que sua pasta poderá colocar unidades não ocupadas do Minha Casa, Minha Vida à disposição do Ministério da Saúde se houver necessidade de espaços para quarentena fora dos hospitais. Também serão analisados alguns fundos para auxiliar regiões mais fragilizadas, como Norte e Nordeste.



Informais terão auxílio de R\$ 200 por três meses; regra trabalhista será flexibilizada

Governo vai suspender temporariamente a obrigatoriedade de exames como admissionais e demissionais e de treinamento periódico

Por Mariana Ribeiro, Edna Simão, Fabio Graner — De Brasília

19/03/2020 05h00 · Atualizado há 3 horas



O governo prevê que custará R\$ 15 bilhões o socorro a trabalhadores informais que terão a renda reduzida por causa da crise do coronavírus. Pela proposta, o benefício será pago para 15 milhões a 20 milhões de pessoas, e cada uma delas receberá R\$ 200 mensais por três meses.

Também foram anunciadas medidas para proteger os empregos formais por meio da flexibilização de regras trabalhistas, para diminuir o custo das empresas. Um exemplo é a simplificação de procedimentos para a redução proporcional de jornada de trabalho e salários.

“Todas as alterações trabalhistas não mudarão a CLT”, disse o presidente da Fundacentro, Felipe Portela. “Serão regras temporárias para esse período específico.”

“Não pretendemos que ninguém fique para trás”, afirmou o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, ao falar da ajuda aos informais. Trata-se de um público que não é elegível nem para o Bolsa Família nem para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), estando fora de qualquer programa de assistência federal.

Serão contemplados trabalhadores informais ou desempregados que integrem família de baixa renda (critério do Cadastro Único do Ministério da Cidadania) com mais de 18 anos, mas que não estejam elegíveis a um benefício social.

Quem não está no Cadastro Único também poderá receber o benefício. O governo busca uma solução para que a inscrição possa ser feita à distância.

Idosos na informalidade que não se enquadrem em outros benefícios e microempreendedores individuais também poderão ser contemplados.

Já para os empregados formais foi desenhado um programa antidesemprego. A

O secretário de Trabalho, Bruno Silva Dalcolmo, disse que as medidas visam preservar o emprego e a renda. “Empresas poderão usar qualquer dos instrumentos disponíveis relativos ao mercado de trabalho.”

Entre as medidas estão o incentivo ao teletrabalho; antecipação de férias individuais; decretação de férias coletivas; dinamização do banco de horas; redução proporcional de salários e jornada de trabalho; antecipação de feriados não religiosos.

“O objetivo retirar amarras”, disse Dalcolmo. Por exemplo: embora regulamentada na reforma trabalhista, o teletrabalho ainda tem sua aplicação muito rígida. A ideia é que seja negociada entre empresa e empregado, e comunicada com antecedência de 48 horas.

Também negociada e comunicada com 48 horas de antecedência, poderá ser adotada a antecipação das férias individuais e decretação de férias coletivas. Férias individuais poderão ser concedidas antes do período aquisitivo de 12 meses. Feriados não religiosos poderão ser antecipados.

Os contratos de trabalho poderão ser suspensos, mas com condicionantes. A redução pode ser de no máximo 50% do salário e sem redução do salário hora.

Além disso, o governo vai suspender temporariamente a obrigatoriedade de exames como admissionais e demissionais e de treinamento periódico.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Como viajar para o futuro em um click

BAIXE NA GOOGLE PLAY | BRADESCO

LINK PATROCINADO

Moradores de Salvador estão dando adeus a conta de luz cara

POUPADOR DE ENERGIA

LINK PATROCINADO





Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Não há como salvar o crescimento deste ano

Autoridade da área econômica diz que quem espera PIB zero para este ano está otimista

19/03/2020 05h00 · Atualizado há 3 horas

Não existem políticas monetária e fiscal que salvem o crescimento da economia neste ano, segundo disse ao **Valor** uma importante fonte da área econômica. “Quem está falando em crescimento zero do PIB [Produto Interno Bruto] em 2020 está sendo otimista”, acrescentou. O entendimento predominante no comando do Ministério da Economia é que medidas fiscais e monetárias serão adotadas para preservar vidas e empresas, principalmente, e para evitar que a crise se prolongue por tempo excessivo.

Esta fonte lembrou que, há 15 dias, o mercado ainda acreditava que era possível o Brasil crescer 1,7% neste ano. “Hoje, vários analistas estão projetando recessão”, disse. A mudança de cenário está ocorrendo muito rapidamente, o que mostra que os efeitos da crise do novo coronavírus na economia estão se disseminando em velocidade exponencial, da mesma forma que a contaminação das pessoas, apesar das medidas de política monetária que o Banco Central vem adotando.

“Resultado primário, neste ano, é secundário”

Qual será o custo para os cofres públicos das medidas fiscais que serão adotadas

sustentabilidade ao combalido sistema de saúde do país, garantir uma renda mínima aos trabalhadores que serão diretamente atingidos pela desaceleração da economia e estímulos fiscais que permitam às empresas, não apenas as pequenas, manterem seus negócios, evitando uma recessão ainda mais profunda. Tudo isso representará custos adicionais aos cofres públicos.

Também não é possível projetar o resultado fiscal deste ano. Tudo vai depender do montante da despesa adicional e da redução das receitas, em decorrência da desaceleração da economia. Neste momento, os técnicos do Ministério da Economia estão fazendo projeções com vários cenários para o crescimento do PIB, para os juros, a inflação e o preço do petróleo. Em uma estimativa preliminar, que não considera a recessão e a não aprovação do projeto que permitirá a privatização da Eletrobras, a receita da União vai cair pelo menos R\$ 70 bilhões em relação ao que está projetado no Orçamento deste ano.

Há ao menos duas certezas neste momento. As medidas que serão adotadas para minorar os efeitos causados pela epidemia do coronavírus vão aumentar substancialmente o déficit primário deste ano e também a dívida pública bruta, pois as despesas adicionais serão feitas com aumento do endividamento. Qual será a nova estimativa para o déficit público neste ano? Ninguém sabe. Poderá superar R\$ 250 bilhões, dependendo das medidas que o governo será obrigado a adotar para salvar vidas e empresas. "O resultado primário das contas públicas passou a ser secundário", disse ao **Valor** uma importante fonte da área econômica.

Há um custo adicional para o Tesouro a ser considerado, pois, da mesma forma como ocorreu durante a crise financeira internacional de 2008, o governo federal terá, necessariamente, de ajudar financeiramente os governos estaduais e as prefeituras. Os Estados e municípios também terão forte queda de receita em virtude do desaquecimento da economia. Como os brasileiros moram nos municípios, é lá em que os maiores problemas sanitários irão ocorrer e a ajuda federal será indispensável, mesmo porque, ao contrário da União, governadores e prefeitos têm limites rígidos de endividamento.

A fim de abrir espaço para fazer os gastos necessários ao combate do novo coronavírus, a ideia inicial do Ministério da Economia era simplesmente aumentar a

Isso seria feito com o envio de uma proposta ao Congresso Nacional, alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

No dia 22 de março, o governo terá que divulgar o relatório de avaliação de receitas e despesas da União. Neste momento, a equipe econômica mostraria o tamanho do rombo nas contas e o montante do contingenciamento das dotações orçamentárias que deveria ser feito. Nesta estratégia, o governo anunciaria os cortes. Depois que a mudança da LDO fosse aprovada pelo Congresso, o que poderia ocorrer em duas semanas, o governo anunciaria um descontingenciamento das dotações.

O problema desta estratégia, que foi discutida na reunião da Junta Orçamentária realizada no Palácio do Planalto na terça-feira, é que o cenário da economia está muito volátil e ninguém sabe onde vai parar. Não é possível para a equipe econômica também dimensionar o valor das despesas adicionais que o Tesouro terá que bancar durante a crise do novo coronavírus. Assim, havia o risco, ao adotar essa linha de atuação, de definir uma nova meta de déficit que poderia ser superada meses depois, forçando o governo a pedir nova mudança de meta ao Congresso, com grande desgaste político.

A opção foi por acionar o artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), como o **Valor** tinha antecipado no dia anterior. Este artigo da LRF permite que o governo decrete situação de calamidade pública e, com isso, deixe de cumprir a meta fiscal do ano, entre outras vantagens. Também são dispensadas licitações ou concorrência pública para compras e obras emergenciais. A calamidade, no entanto, precisa ser reconhecida pelo Congresso.

Na situação de calamidade, o governo deverá adotar um receituário parecido com aquele utilizado pelo governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na crise financeira internacional de 2008. Ou seja, será necessário garantir liquidez às empresas, fazer desonerações que reduzam custos de produção e conceder estímulos fiscais, além de programas de ajuda financeira às pessoas. “Mas o essencial é não fazer igual ao que o PT fez”, advertiu um integrante do governo. “O PT tornou permanente medidas que deveriam ser apenas emergenciais”, explicou. E esta teria sido uma das principais causas da crise que resultou na maior recessão da história do país.

A maior preocupação da atual equipe econômica é justamente esta, não passar a ideia ao mercado que está adotando uma política semelhante àquela que teria levado o país à bancarrota. “A partir do próximo ano, quando a crise do coronavírus passar, teremos que ter uma trajetória de redução do déficit e de reequilíbrio das contas públicas”, previu a fonte. A estratégia, portanto, é evitar aumento de despesa obrigatória permanente, pois, do contrário, não será possível manter o teto de gastos quando a crise do novo coronavírus for superada.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Moradores de Salvador estão dando adeus a conta de luz cara
POUPADOR DE ENERGIA

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro
NOVA SERUM

LINK PATROCINADO

Precisando de dinheiro agora? Solicite agora!
CREFISA EMPRÉSTIMO ONLINE

LINK PATROCINADO

Derreta o alto nível de triglicérides no sangue, com isto 2x ao dia!
DBT COLESTEROL

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Fox News sustenta que Eduardo Bolsonaro mudou versão sobre teste de coronavírus do pai

VALOR INVESTE

Petrobras, Vale, Ambev e bancos lideram perda de valor de mercado no Ibovespa com coronavírus

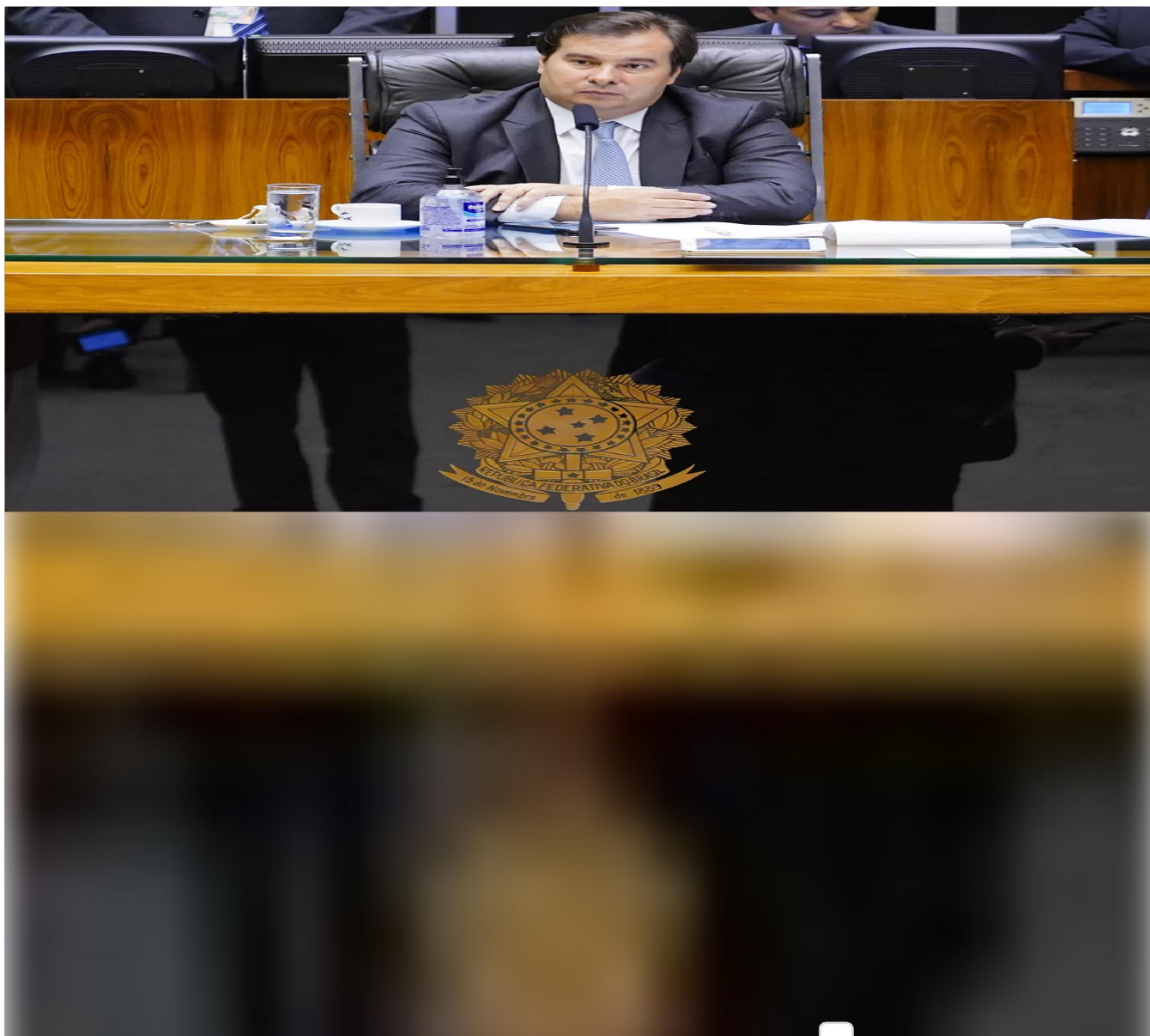


Câmara aprova estado de calamidade e cria comissão de acompanhamento

Votação no Senado deverá ser feita a distância

Por **Marcelo Ribeiro, Vandson Lima e Renan Truffi** — De Brasília

19/03/2020 05h00 · Atualizado há 3 horas



Com menos de 30 parlamentares presentes ao plenário, a Câmara aprovou ontem o projeto de decreto legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil, com efeitos até de 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia do coronavírus. Mais cedo, o governo federal encaminhou a mensagem presidencial ao Congresso Nacional, na qual solicitou o reconhecimento da situação. O texto segue para análise do Senado.

Com o objetivo de combater os efeitos da crise provocada pelo avanço do coronavírus, o Palácio do Planalto acionou o artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que permite não cumprir a meta fiscal em caso de calamidade pública. Quando decretado o estado de calamidade, a LRF prevê que ficam suspensos os prazos para ajuste das despesas de pessoal e dos limites do endividamento para cumprimento das metas fiscais e para adoção dos limites de empenho (contingenciamento) das despesas. A medida não elimina a necessidade do cumprimento do teto de gastos e da regra de ouro, segundo o Ministério da Economia.

O projeto propõe a criação de uma comissão mista para acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentaria e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública. Relator do projeto na Câmara, o deputado opositor Orlando Silva (PCdoB-SP), incluiu a instituição do colegiado atendendo a um pedido dos líderes partidários. A comissão mista poderá ter seus trabalhos desenvolvidos por meio virtual.

“É uma comissão do Congresso Nacional para acompanhar a execução do Orçamento durante o período de calamidade. Vamos acompanhar de perto a utilização desse recurso”, afirmou o relator do decreto na Câmara.

A comissão mista será composta por seis deputados e seis senadores, com igual número de suplentes. O colegiado realizará reuniões mensais com membros do Ministério da Economia, com o objetivo de avaliar a situação fiscal e a execução orçamentária. Bimestralmente, os parlamentares realizarão uma audiência pública,

reuniões, o chefe da equipe econômica apresentará relatórios sobre a situação das ações para o combate ao avanço do coronavírus.

De acordo com o relator, a decisão de instituir a comissão mista ocorre, porque “não estamos dando um cheque em branco ao governo”. “Demos um crédito sem limite”.

O texto segue agora para o Senado, mas ainda não há data prevista para a votação, que deve já deve ser feita à distância. Será a estreia do novo "Sistema de Deliberação Remota", que estará pronto a partir de sexta-feira. Segundo uma fonte, o decreto é a típica urgência em que se justifica uma votação virtual.

Os senadores não preveem qualquer tipo de resistência, mesmo da oposição, ao pedido de reconhecimento do estado de calamidade pública. Maiores partidos do Senado, MDB (14 membros), PSD (11) e Podemos (10) já manifestaram, através de seus líderes, que votarão favoravelmente à iniciativa do governo.

A tendência é que seja uma votação rápida, em caráter simbólico, sem qualquer tipo de objeção. “Neste caso específico, ninguém questionaria uma votação remota. A informação que eu tive é que é um sistema bem seguro. Uma votação dessa não deve ter nem voto contrário ou pedidos de verificação [de quórum]. Deve ser uma votação tranquila. Não vejo quem tenha a coragem de se indispor nesse sentido”, disse ao **Valor** a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS).

A votação virtual também é uma forma de driblar a ausência de senadores no Congresso. Isso porque, no Senado, ao menos três pessoas já receberam diagnóstico positivo para coronavírus: o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o senador Nelsinho Trad (PSD-MS) e uma funcionária da biblioteca do Senado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Saiba como inovar os benefícios da sua empresa

FLASH BENEFÍCIOS



Acordo sobre ampliação de gastos com BPC está prestes a ser fechado

Rodrigo Maia chegou a um meio-termo com Planalto para manter parte das mudanças aprovadas no Congresso

Por **Murillo Camarotto** — De Brasília

19/03/2020 05h00 · Atualizado há 3 horas

O Congresso Nacional e o governo estão próximos a um acordo em torno da ampliação dos pagamentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Aprovada na semana passada, ao custo de cerca de R\$ 20 bilhões por ano, a ampliação do alcance do programa abriu mais uma crise entre Executivo e Legislativo.

A notícia do provável acordo foi trazida ontem pelo ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele atendeu um pedido do Ministério da Economia e expediu uma cautelar suspendendo a ampliação imediata dos pagamentos do BPC até que ficasse comprovada a fonte de receita, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

No entanto, diante da eminente flexibilização da LRF, devido à pandemia do novo coronavírus, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), conseguiu negociar um meio-termo com o Planalto. O Congresso aceitaria manter a elegibilidade do BPC para pessoas com renda de até 25% do salário mínimo desde que o governo admitisse situações em que o limite pode ser de 50%.

A negociação, segundo Maia, se dará por meio do Projeto de Lei 9.236/2017, do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG). No documento enviado ao ministro do TCU, o presidente da Câmara explica que a ideia é criar "uma alternativa para a

“Com isso, aumenta-se a base de famílias que receberão o BPC, mas num volume que o governo consegue administrar”, informou Dantas. Por causa disso, ele suspendeu por 15 dias a cautelar expedida na semana passada. Se o acordo for mesmo oficializado, o que pode acontecer nos próximos dias, não haverá mais necessidade da medida por parte do TCU.

O órgão de controle também anunciou ontem esquema para acompanhar as despesas do Ministério da Saúde para enfrentar o surto do coronavírus. Mais do que fiscalizar os gastos, o objetivo do tribunal é ajudar a agilizar os trâmites burocráticos para garantir a regularidade das compras governamentais.

Todas as operações relativas ao tema ficarão sob a relatoria do ministro Benjamin Zymler. Em comunicação ao plenário ontem, ele disse que o TCU terá auditores acompanhando os processos de compra, mas sem o poder para interferir em quaisquer decisões.

Caso alguma irregularidade grave venha a ser identificada nos processos, a equipe do TCU se reunirá com o diretor de Integridade do Ministério da Saúde para avaliar os riscos ou medidas para o seu tratamento. O trabalho será realizado em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU).

“Considerando que situações emergenciais demandam respostas tempestivas que não necessariamente passam pelos procedimentos usuais de processamento das despesas públicas, muitas das instâncias decisórias podem ter receio de adotar a medida mais adequada para enfrentar a pandemia pela qual passamos por receio de exposição pessoal”, afirmou Zymler.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Precisando de dinheiro agora? Solicite agora!

CREFISA EMPRÉSTIMO ONLINE

LINK PATROCINADO

Moradores de Salvador estão dando adeus a conta de luz cara

POLIPADOR DE ENERGIA



Alívio para aéreas sai desidratado por Guedes

Ministro da Economia negou isenção de PIS/Cofins sobre querosene de avião e venda de passagens e retorno de alíquota zero do IR

Por Daniel Rittner — De Brasília

19/03/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas



“Queremos permitir o enfrentamento da crise [do coronavírus] preservando algum fôlego financeiro”, disse o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas — Foto: Carolina Antunes/PR

O governo anunciou ontem três medidas para aliviar os reflexos da crise deflagrada pelo avanço do coronavírus nas empresas aéreas e operadoras privadas de aeroportos. Haverá postergação do recolhimento das tarifas de navegação aérea, adiamento da cobrança de outorga das concessionárias de aeroportos sem incidência de multa e prorrogação das obrigações de reembolso pelas companhias.

Cerca de 85% dos voos internacionais e 50% dos domésticos já foram cancelados

em viajar. A aviação comercial, segundo o Ministério da Infraestrutura, representa 1,9% do PIB.

“É um setor que sofre muito impacto pelos efeitos da crise”, disse o ministro Tarcísio Freitas, notando a realização de mais cancelamentos do que vendas de bilhetes nos últimos dias. “Queremos permitir o enfrentamento da crise preservando algum fôlego financeiro.”



Ads by Teads

No entanto, a equipe econômica desidratou o pacote de medidas originalmente desenhado por Tarcísio e seus auxiliares, que pensavam em ações mais amplas. Algumas iniciativas tidas como prioritárias na Infraestrutura foram barradas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Ele vetou, em um primeiro momento, a isenção de PIS/Cofins sobre querosene de aviação e sobre a comercialização de passagens aéreas. Guedes também negou o pleito de retorno a zero da alíquota de Imposto de Renda sobre o leasing de aeronaves, que foi para 1,5% neste ano e deve ir para 3% em 2021. O movimento de Tarcísio era para que essas ações fossem tomadas em caráter emergencial e temporário, talvez seis meses, por exemplo.

Novas medidas não estão descartadas, mas a equipe econômica preferiu esperar um pouco e ver a evolução do cenário. Agora, o foco deve ser na liberação de capital de giro. Dependendo do período de semiparalisa das operações e dos números das companhias, outras ações podem ser tomadas. Uma das preocupações foi com o efeito fiscal do pacote.

Em relação às tarifas de navegação aérea, um decreto presidencial vai definir que os vencimentos de março, abril, maio e junho de 2020 ficam postergados para, respectivamente, setembro, outubro, novembro e dezembro.

Já uma medida provisória versa sobre reembolso de passagens aéreas para solicitações efetuadas até o dia 31 de dezembro de 2020. O prazo para reembolso será de 12 meses. Os consumidores ficarão isentos das penalidades contratuais, mediante a aceitação de crédito para utilização futura.

No caso das operadoras privadas de aeroportos, será alterado o cronograma de pagamento previsto para o ano de 2020 das contribuições fixas e variáveis nos contratos, com a possibilidade de quitação até o dia 18 de dezembro - sem impacto neste ano fiscal.

“As medidas são positivas e estão na direção correta”, afirmou o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz. “Seguimos debatendo com o governo outras medidas, como uma linha de crédito do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] e dos bancos públicos para o setor. Agora, abrimos a porta e começamos a conversa de uma forma muito produtiva”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Como viajar para o futuro em um click

BAIXE NA GOOGLE PLAY | BRADESCO

LINK PATROCINADO

Clientes deixam de pagar R\$ 2 bilhões em tarifas somente esse ano

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Moradores de Salvador estão dando adeus a conta de luz cara

POUPADOR DE ENERGIA

LINK PATROCINADO

Adeus, pescoço enrugado! Anvisa libera ácido que engrossa pele velha por dentro

NOVA SERUM



Efeitos da crise levam governo a rebaixar projeção do PIB

Governo não divulga nova previsão, mas revela que ela é “bem abaixo do que originalmente estava projetado”

Por Mariana Ribeiro, Fabio Graner e Edna Simão — De Brasília

19/03/2020 05h00 · Atualizado há 3 horas

Frente ao avanço dos efeitos do coronavírus sobre a economia, a previsão oficial para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2020 foi revisada e ficará “bem abaixo do que originalmente estava projetado”, afirmou ontem o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues.

Na semana passada, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do ministério cortou sua projeção de 2,4% para 2,1%. Os parâmetros utilizados nas estimativas, no entanto, ainda não refletiam inteiramente a piora recente no cenário econômico devido ao agravamento da pandemia.

Waldery não quis informar qual é a nova projeção. Disse apenas que o número será comentado na sexta-feira, durante a apresentação do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. O **Valor** apurou que as novas estimativas indicam crescimento abaixo de 1%. Alguns membros da equipe econômica apontam que algumas simulações já indicam PIB zero ou mesmo negativo. O ministro da Economia, Paulo Guedes, por sua vez, afirmou ontem que os próximos meses, de enfrentamento da crise, devem ser de preparo para a retomada do crescimento. Para ele, é possível que haja “reaceleração no segundo semestre”.

Em coletiva à imprensa, Waldery destacou que a previsão não é o PIB é a variável

“está em linha com a do mercado”. Analistas de mercado consultados pelo Banco Central (BC) estimavam alta de 1,68% na edição do Boletim Focus, divulgada na segunda-feira. “Várias projeções do mercado indicam valores entre 0,5% e 0%. Nossos números refletem essas alterações”, afirmou Waldery. Ele colocou ainda que para cada redução de 1% na projeção de crescimento há impacto de cerca de R\$ 10 bilhões na receita.

Técnicos do Ministério da Economia colocaram que o pedido de decretação de estado de calamidade pública, enviado pelo governo ao Congresso, é o “instrumento mais adequado” para lidar com a crise. De acordo com eles, seria impossível precisar agora uma meta de resultado primário para o ano, mesmo que folgada.

“Assim que tivermos clareza sobre extensão dessa crise, poderemos enviar um projeto de lei ao Congresso com uma meta”, afirmou Waldery. O secretário de Orçamento Federal, George Soares, acrescentou que, hoje, não há clareza da demanda efetiva de gastos nos próximos dias.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Como viajar para o futuro em um click

BAIXE NA GOOGLE PLAY | BRADESCO

LINK PATROCINADO

Transferências internacionais com a melhor taxa do mercado

REMESSA ONLINE

LINK PATROCINADO

Moradores de Salvador estão dando adeus a conta de luz cara

POUPADOR DE ENERGIA

LINK PATROCINADO

Celebridades brasileiras que se casaram com seus fãs

DESAFIO MUNDIAL

por taboola

Leia em Valor Investe

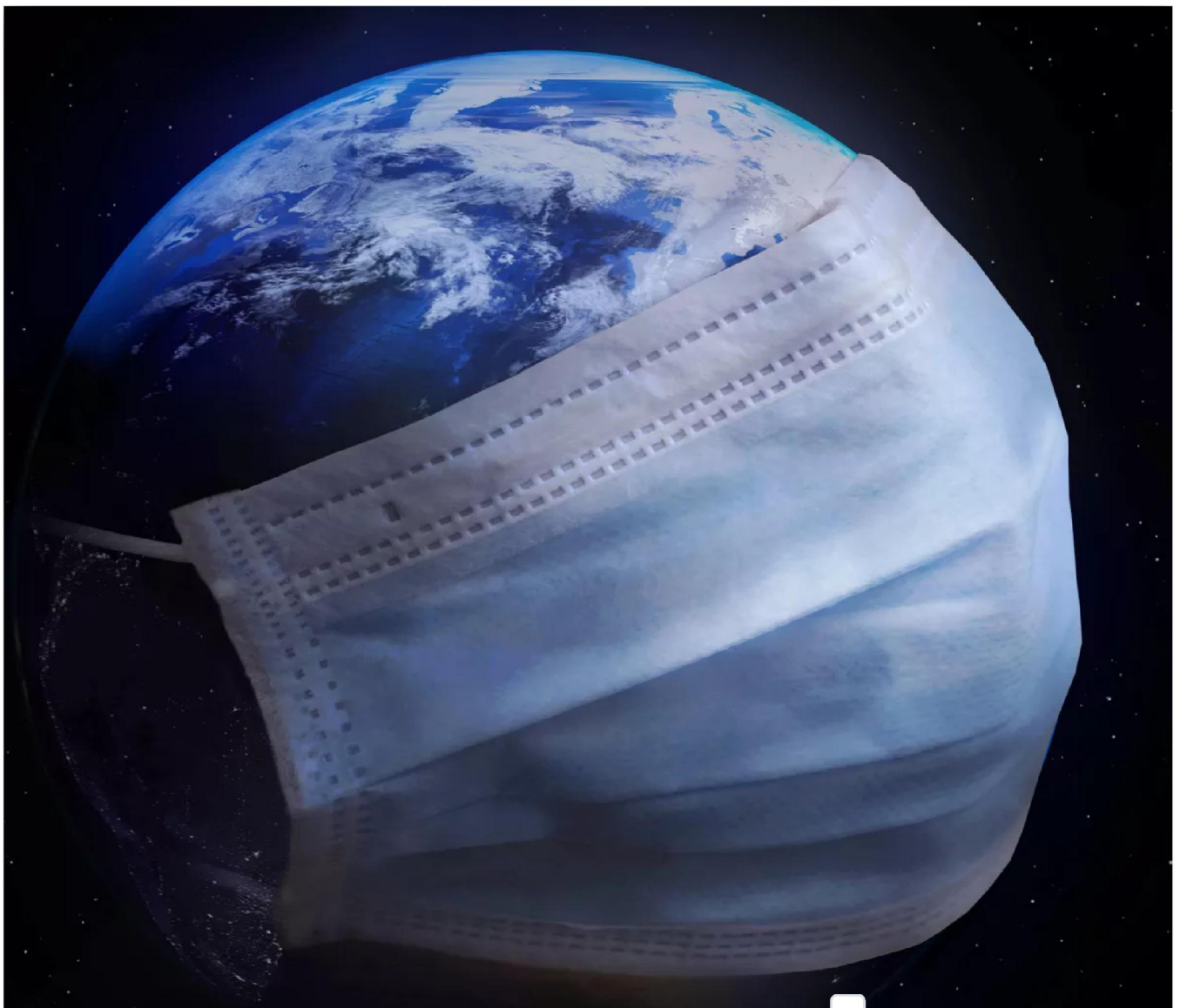


Enfrentando o impacto econômico do coronavírus

Prover liquidez a famílias e evitar a desorganização da economia são as tarefas imediatas

Por Joaquim Levy

19/03/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas



A difusão da covid-19 criou um extraordinário risco para a economia global. A necessidade das pessoas evitarem contato físico para reduzir o contágio significa um abrupta queda de demanda por bens e serviços que requeiram esse contato, e uma queda na oferta em decorrência da desorganização das estruturas de trabalho, ainda difícil de medir. Esse duplo choque criará inconsistências nos fluxos de receitas das empresas e famílias, com alto risco de inadimplência e falências que podem ter sérias consequências, inclusive de longo prazo. Minimizar esses riscos deve ser a prioridade de todos os governos, subordinada apenas à proteção das vidas dos cidadãos.

Proteger a vida humana, pela reclusão das pessoas, assim negando hospedeiros ao vírus e levando a cepa à extinção, deve gerar uma queda profunda mas talvez breve da atividade econômica. A alternativa, que estaria sendo adotada pelo Reino Unido, de eliminar a cepa pela geração de imunidade na população, poderia amenizar a queda do consumo, mas estendê-la no tempo. Não sendo médico, não me cabe discutir os méritos e dificuldades das opções, inclusive com respeito a picos de demanda por serviços médicos. O objetivo aqui é alinhar alguns caminhos que o governo pode escolher para minimizar os impactos sobre a atividade econômica.

Papel do BNDES, conectando empresas e as financiando onde necessário, pode ser decisivo

Sendo o principal risco para a economia a suspensão de fluxos de pagamentos entre agentes econômicos pela redução do consumo, comércio e possibilidades de trabalho, o Banco Central terá que tomar medidas drásticas para aliviar as restrições financeiras das empresas, apoiando os bancos na medida em que se verificar uma deterioração das suas carteiras de empréstimos. O BNDES também pode ajudar, ainda que tenha que estar atento para distinguir situações de liquidez e solvência.

A provisão de liquidez para as famílias deverá ser uma ação do governo, com inevitável impacto fiscal. Pode-se pensar em algo semelhante ao auxílio doença proporcionado pelo INSS, que cubra (até certo limite) o salário dos empregados

Esse auxílio é pago inicialmente pelo empregador e após algum tempo pelo governo. Esse período inicial pode ser de duas semanas ou um mês. Não há regra perfeita para esse parâmetro, já que a relação do custo de mão de obra e da receita de vendas varia de setor para setor, assim como as alternativas de trabalho remoto e os efeitos da diminuição da confiança e capacidade aquisitiva dos consumidores na atividade.

É normal que com a crise instalada nas economias desenvolvidas haja fuga de capital do Brasil e queda no preço dos nossos ativos. Em 2008 houve apenas uma “marolinha” por conta da ação decisiva do G-20 em injetar liquidez no mundo, do impulso da China que sustentou o preço das commodities, e do Brasil não só ter bastante reservas internacionais, mas também vários anos de superávit primários. Hoje o choque será maior, mas do lado positivo, a demanda global por alimentos não cairá de forma permanente, e os setores domésticos não têm desequilíbrios sérios, apesar dos desafios para alguns segmentos de serviços. Portanto, liquidez e evitar a desorganização da economia são as chaves para atravessar esse período.

Além dos seguros financeiros, o governo pode ajudar a coordenar o funcionamento de diversos setores da economia, especialmente os essenciais. Garantir que a logística de abastecimento não entre em colapso é uma tarefa de governo, envolvendo uma interação intensa com empresas, sindicatos, e outros Poderes. Na China, para manter setores industriais e outros básicos funcionando ao mesmo tempo em que se protegiam famílias, houve a necessidade de confinar empregados em seus locais de trabalho. Uma interlocução aberta com as instâncias da Justiça do Trabalho e da representação do trabalhador pode ser urgente para se desenharem soluções equilibradas e eficazes. O mesmo deverá se dar para manter o coração dos sistemas de tecnologia da informação, essenciais para o trabalho remoto e o funcionamento dos serviços básicos. Na administração pública, como organizar os trabalhadores da Saúde, garantindo equipamento de proteção adequado e outras condições essenciais de trabalho?

Quanto melhor for o governo na coordenação do funcionamento das áreas essenciais da economia e do setor público, menor serão os gastos fiscais e o impacto negativo sobre o crescimento de longo prazo e o emprego.



Como já está sendo evidenciado, haverá necessidade de muitos suprimentos e equipamentos médicos. A boa notícia é que a indústria brasileira pode contribuir para atender esses problemas ainda que certamente haja hiatos na sua cadeia de suprimento que irão exigir imaginação, agilidade e capacidade de adaptação. O papel do BNDES conectando empresas e as financiando onde necessário pode ser decisivo.

Nenhuma crise é igual a outra, mas vale um paralelo com a crise energética de 2001, ainda que o seu tamanho e complexidade tenha sido muito menor. Após meses de altercação entre agências responsáveis tornou-se indiscutível que faltava água para as usinas hidrelétricas, comprometendo o suprimento de energia. Descartando algumas propostas iniciais draconianas (acionamento de várias horas por dia), o governo identificou a real natureza do problema e procuram-se alternativas com menor custo para a sociedade. Sob a liderança da Casa Civil, apoio do BNDES e alinhamento com a área econômica, identificaram-se os grandes consumidores e criaram-se incentivos para que eles, assim como as famílias, poupassem energia. O objetivo era garantir energia para a miríade de empresas que não gastam muito, mas para as quais a eletricidade é indispensável. Restaurantes, por exemplo, não precisam de muita eletricidade, e deixá-los no escuro desorganiza o trabalho fora de casa e gera desemprego, sem reduzir significativamente o déficit de energia.

A Câmara de Gestão da Crise de Energia determinou assim um teto de consumo para cada grande empresa, cobrando uma sobretaxa para quem o ultrapassasse e permitindo a venda do volume de energia abaixo do teto e não consumido. Com esse sinal de preço, criou-se rapidamente um mercado secundário de energia que permitiu o consumo de energia cair 20%, sem que faltasse luz nem um dia ou o PIB do ano tivesse crescimento negativo.

A crise atual é bem mais complexa. Mas se o governo liderar com serenidade e clareza, a resposta das empresas e da população será rápida e construtiva. Venceremos essa crise, com alguns arranhões, mas também melhor preparados. A crise de 2001 não teve um custo fiscal astronômico e criou uma nova dinâmica para o setor elétrico, que se tornou modelo ao redor do mundo e nos preparou para sermos campeões na energia renovável. E as famílias passaram a usar a energia elétrica de maneira mais eficiente e sustentável.



Veículo: G1	Caderno: Política
Data: 18/03/2020	



ECONOMIA

Governo reduzirá novamente estimativa para o PIB de 2020, informa secretário

Nova previsão será anunciada na próxima sexta-feira (20). Revisão na estimativa será divulgada menos de 10 dias depois da anterior, que indicava 2,1% de alta.

Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

18/03/2020 19h47

Menos de dez dias após a revisão do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, para 2,1%, ocorrido em 11 de março, o governo federal informou que será necessário reduzir novamente a estimativa, devido aos efeitos da pandemia de coronavírus na economia. A informação é do secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

Segundo ele, a nova previsão será divulgada na próxima sexta-feira (20), por meio do relatório de receitas e despesas do orçamento de 2020. "Está bem abaixo de 2,1%, em linha com o mercado", disse, sem revelar o valor.

Na semana passada, o mercado estimou uma alta de 1,68% para o PIB deste ano, segundo pesquisa conduzida pelo Banco Central, e divulgada na última segunda-feira (16).

O secretário Waldery Rodrigues informou, porém, que "várias projeções" de analistas já indicam um percentual entre zero e 0,5% para o PIB de 2020.

Para diminuir o impacto da pandemia de coronavírus na economia, o governo tem anunciado uma série de ações nos últimos dias. Ao todo, com as medidas anunciadas nesta quarta-feira, o impacto total é de R\$ 170 bilhões, informou o governo.

Em 12 de março, anunciou a antecipação do pagamento do 13º salário de aposentados e pensionistas, e a prova da suspensão de vida dos aposentados, entre outras.

Em 16 de março, o governo anunciou três meses para depósito de FGTS, a antecipação da segunda parcela do 13º do INSS e o reforço Bolsa Família.

Nesta quarta-feira (18), informou que será liberado auxílio mensal de R\$ 200 a autônomos, em pacote de R\$ 15 bi a 'pessoas desassistidas'.

Veículo: Varela	Caderno: Política
Data: 19/03/2020	



19/03/20 às 07h18 - Atualizado em 19/03/20 às 08h08

Petrobras reduz preço da gasolina, diesel e do gás de cozinha

Os valores referem-se ao vendido pelas refinarias da estatal

A Petrobras anunciou, na última quarta-feira (18), a redução nos preços do litro da gasolina, em 12%, do diesel, em 7,5% e do gás de cozinha (GLP), em 5%. Os valores referem-se ao vendido pelas refinarias da estatal e valerão a partir desta quinta-feira (19).

Os valores finais aos motoristas dependerão de cada posto e distribuidor de GLP, que acrescem impostos, taxas, custos com mão de obra. Além disso, o mercado brasileiro é baseado na livre concorrência, fazendo com que cada empresa cobre o que achar melhor, segundo explica a Petrobras.

“Os preços para a gasolina e o diesel vendidos às distribuidoras têm como base o preço de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais destes produtos mais os custos que importadores teriam, como transporte e taxas portuárias, por exemplo. A paridade é necessária porque o mercado brasileiro de combustíveis é aberto à livre concorrência, dando às distribuidoras a alternativa de importar os produtos. Além disso, o preço considera uma margem que cobre os riscos (como volatilidade do câmbio e dos preços).

De acordo com pesquisa semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre os dias 8 e 14 de março, os preços médios ao consumidor no país para a gasolina era de R\$ 4,515. Para o diesel, o preço médio era de R\$ 3,618. E para o GLP, botijão de 13kg, R\$ 69,98.

A Petrobras lembra também que a gasolina e o diesel vendidos às distribuidoras são diferentes dos produtos no posto de combustíveis. São os combustíveis tipo “A”, ou seja, gasolina antes da sua combinação com o etanol e diesel também sem adição de biodiesel. Os produtos vendidos nas bombas ao consumidor final são formados a partir do tipo “A” misturados a biocombustíveis.